



14 DE SETEMBRO DE 2018 Sexta-feira

- MAIS DE 180 EMPRESÁRIOS JAPONESES PARTICIPAM DE SEMINÁRIO SOBRE INVESTIMENTOS NO BRASIL
- OITO EM DEZ BRASILEIROS ACHAM QUE AUTOMAÇÃO VAI AGRAVAR DESIGUALDADE, DIZ ESTUDO
- ARTIGO: "UM ROBÔ VAI TOMAR SEU EMPREGO?"
- EMPRESAS GANHAM MERCADO DE US\$ 109 BI
- VOLUME DE DÍVIDAS CRESCE 1,1% EM AGOSTO NA BASE ANUAL, DIZEM CNDL E SPC BRASIL
- SETOR DE SERVIÇOS NÃO ENTRARÁ NAS MUDANÇAS DO PIS/COFINS, DIZ GUARDIA
- GOVERNO AINDA ESTUDA TAMANHO DE REDUÇÃO DE IR PARA EMPRESAS QUE IRÁ PROPOR, DIZ GUARDIA
- FORMADA POR VETERANOS, VECTIS SE PREPARA PARA LANÇAR GESTORA DIGITAL
- SALDO DE EMPREGOS DO VAREJO PAULISTA EM JULHO TEM PIOR RESULTADO DESDE 2015
- PAÍS CRIOU MAIS EMPREGOS PARA JOVENS COM MAIOR ESCOLARIDADE NO 1º SEMESTRE, REVELA CAGED
- NÚMERO DE INADIMPLENTES SOBE 3,63% EM AGOSTO, APURAM CNDL E SPC BRASIL
- EX-DEPUTADO ACUSA SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE DESVIOS
- É PRECISO INSISTIR NAS REFORMAS', DIZ GUARDIA
- ONS PREVÊ BANDEIRA VERMELHA NA CONTA DE LUZ ATÉ O FINAL DO ANO
- COPEL TERÁ NOVO CENTRO DE OPERAÇÕES EM NOVEMBRO, DIZ EXECUTIVO
- IGP-10 DE SETEMBRO FICA EM 1,20% ANTE ALTA DE 0,51% EM AGOSTO, REVELA FGV

- APÓS COTAÇÃO RECORDE NA VÉSPERA, DÓLAR SEGUE NEGOCIADO NO PATAMAR DE R\$ 4,20
- DISTRIBUIDORAS QUEREM LIGAR FLORIANÓPOLIS AO RIO COM PONTOS DE RECARGA DE CARROS ELÉTRICOS
- CNA CRITICA MINUTA DE RESOLUÇÃO DA ANTT DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE TABELA
- NENHUMA ATIVIDADE RECUPEROU NÍVEL PRÉ-GREVE DE CAMINHONEIROS, DIZ IBGE
- ARTIGO: "A MULTA AOS CAMINHONEIROS"
- BNDES QUER INCENTIVAR INOVAÇÃO NA CADEIA DE PETRÓLEO
- PETROBRAS ELEVA PREÇO DA GASOLINA A NOVO RECORDE NESTA SEXTA (14)
- ETANOL AMPLIA VANTAGEM SOBRE A GASOLINA NESTE MÊS
- KEKO ACESSÓRIOS PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- TOYOTA ANTECIPARÁ INÍCIO DE TERCEIRO TURNO EM FÁBRICA DE SOROCABA
- "A ZF MUDOU NOS ÚLTIMOS 5 ANOS. NOS ABRIMOS PARA AS OPORTUNIDADES"
- FAURECIA PREVÊ VENDAS 10% MAIORES COM ROTA 2030
- BMW CONVOCA 12,7 MIL UNIDADES DA SÉRIE 3 POR RISCO DE INCÊNDIO
- ZEN RECEBE PRÊMIO POR AUMENTO DE EFICIÊNCIA
- BMW MOSTRA MOTO AUTÔNOMA EM CAMPO DE PROVAS

CÂMBIO		
EM 14/09/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,171	4,171
Euro	4,865	4,868

Fonte: BACEN

Mais de 180 empresários japoneses participam de seminário sobre investimentos no Brasil

14/09/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 13-08-2018)

Em Tóquio, representantes do MDIC apresentam o Rota 2030 e agenda brasileira para a Indústria 4.0

As políticas industriais e de fortalecimento de comércio do Brasil foram tema de seminário hoje em Tóquio. Representantes do MDIC, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Apex-Brasil explicaram a mais de 180 representantes de empresas do Japão as oportunidades de realizar investimentos e parcerias no Brasil.

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, destacou aos japoneses o conjunto de medidas adotadas nos últimos meses para promover a desburocratização do ambiente de negócios no Brasil. Falou também do Rota 2030, lançado em julho. Foi a primeira vez que a política automotiva foi apresentada no exterior.

“O Rota traz previsibilidade e permite que as empresas possam fazer investimentos de longo prazo no Brasil. Queremos aumentar os aportes em pesquisa e desenvolvimento, incentivar as tecnologias embarcadas e a eficiência energética dos veículos”, disse. Segundo Calvet, o setor automotivo é responsável por 4% do PIB nacional.

A agenda para a Indústria 4.0 também foi destacada no seminário. O secretário de Inovação e Novos Negócios do MDIC, Rafael Moreira, explicou aos empresários que, recentemente, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou o imposto de importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no Brasil para incentivar o processo de digitalização das fábricas. O Japão é, atualmente, um dos maiores produtores globais desse tipo de maquinário.

Tháise Dutra, secretária-executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, Guto Ferreira, presidente da ABDI, e o Embaixador do Brasil no Japão, André Aranha Lago, também participaram do evento.

Agenda

O vice-presidente da Jetro (Japan External Trade Organization), Naoyoshi Noguchi, recebeu a comitiva antes do seminário. Ele destacou a importância de os empresários japoneses conhecerem de perto as políticas para indústria e comércio no Brasil. Noguchi estava acompanhado do diretor de Estratégia da Jetro para a América Latina e do vice-presidente da Jetro em São Paulo.

De manhã, o grupo visitou a planta da Nissan em Oppama para conhecer o processo de produção do veículo Leaf, modelo elétrico que será lançado nos próximos meses no Brasil.

Calvet falou aos executivos da montadora japonesa sobre as medidas tomadas recentemente para estimular o uso de elétricos no Brasil, como a redução do imposto de importação desse produto.

Fundada em 1961, a unidade de Opamma monta, além do Leaf, outros quatro modelos. Um deles é o Nissan Note, que tem o sistema de propulsão E-power, em que o veículo produz sua própria energia.

Oito em dez brasileiros acham que automação vai agravar desigualdade, diz estudo

14/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-08-2018)

Em nenhum dos países analisados a maioria da população considera que robôs vão melhorar salários

Oito em dez brasileiros acham que a entrada de robôs e computadores no mercado de trabalho vai agravar ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres no país. A conclusão é de um estudo do centro de pesquisas Pew Research Center divulgado nesta quinta-feira (13).

Além do Brasil, o levantamento do Pew foi feito a partir de dados de outros nove países: Grécia, Japão, Canadá, Argentina, Polônia, África do Sul, Itália, Hungria e EUA. Os brasileiros aparecem em terceiro lugar entre os mais preocupados com o aumento da desigualdade em decorrência da eliminação de empregos com a adoção das máquinas. Eles ficam atrás de gregos (87%) e argentinos (86%).



Robô da fabricante Suíça ABB em ação na fábrica da Unilever - Eduardo Knapp/Folhapress

O pessimismo também fica claro na avaliação de que as pessoas teriam mais dificuldade de encontrar emprego. De novo, o Brasil surge na terceira posição, com 83%. Grécia e Argentina lideram nesse quesito.

Para a maioria, muito do trabalho que hoje é realizado por humanos vai ser feito por robôs e computadores nos próximos 50 anos. Nesse sentido, os brasileiros estão entre os que menos veem esse cenário: só 18% acham que definitivamente isso vai ocorrer. Para 61%, a substituição é uma probabilidade.

Em contraste, metade dos gregos (52%) avalia que máquinas definitivamente farão o trabalho de humanos dentro de meio século, percentual bem parecido com o de sul-africanos (45%).

Os brasileiros mais jovens se mostram significativamente mais preocupados que as gerações mais velhas com o impacto da automação no mercado de trabalho. Segundo o Pew, 90% dos que têm entre 18 e 29 anos acham que a automação vai definitivamente acontecer, contra 77% dos que têm entre 30 e 49 anos e 73% dos acima de 50 anos.

O estudo identificou ainda um ceticismo em relação ao benefício econômico trazido pela automação. Em sete dos dez países avaliados, mais da metade da população não acha que a utilização de robôs e computadores em postos de trabalho vai tornar a economia mais eficiente. No Brasil, a fatia é de 47%.

Em nenhum dos países analisados a maioria da população considera que a aplicação de robôs e computadores no mercado de trabalho vai gerar novos empregos e melhorar os salários.

Os canadenses são os mais otimistas quanto a isso, e só 47% acreditam na associação positiva entre automação e mais trabalho e salário. Os brasileiros empatam com os poloneses em segundo lugar, com 37%.

No recorte por gênero, as brasileiras são mais céticas que os brasileiros: só 32% delas acham que a substituição vai gerar mais emprego e melhores salários, diz o Pew.

O Pew avaliou que a visão mais otimista entre automação e melhora no mercado de trabalho é mais forte entre os que acham que a economia de seus países vai bem. Isso foi observado entre os 42% dos argentinos que avaliam que o país vai bem, e entre os 54% de brasileiros que têm visão positiva da economia.

Já a população mais jovem está significativamente mais preocupada que as gerações mais velhas com o impacto da automação sobre o mercado de trabalho. Segundo o Pew, a inquietação com o tema é mais forte entre brasileiros com idades entre 18 e 29 anos.

O centro também perguntou de quem é a responsabilidade de preparar a força de trabalho para o futuro. Sete em dez brasileiros (74%) acham que o governo deveria compartilhar essa responsabilidade e garantir que eles tenham as habilidades para serem bem-sucedidos.

Para 73% dos brasileiros, as escolas deveriam desempenhar esse papel, enquanto só 71% acham que eles mesmos são responsáveis por se preparar para o futuro. Por último, 66% atribuem ao empregador essa função.

A OCDE (Organização para o Desenvolvimento Econômico e Social) estima que 14% dos empregos em economias avançadas poderiam estar suscetíveis à automação, e outros 32% poderiam substancialmente ser mudados, afetando as vidas de milhões de trabalhadores.

A Coreia do Sul é um dos países com maior nível de automação, com 600 robôs industriais instalados para cada dez mil trabalhadores em unidades fabris. No Japão, a proporção cai para 300, e nos EUA, para quase 200.

Artigo: "Um robô vai tomar seu emprego?"

14/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-08-2018)

Estamos em um novo cenário que traz fortes questionamentos sobre os limites da automação em áreas cujas tarefas são repetitivas

A forte onda de automação proporcionada pelo uso de novas tecnologias dentro de empresas dos mais variados segmentos já tem reflexos importantes no planejamento das empresas para os próximos anos. E já é uma realidade em áreas cujas tarefas são repetitivas, como o relacionamento com o cliente, desde o momento da conquista desses consumidores até sua retenção e fidelização.

Estamos em um novo cenário que traz fortes questionamentos sobre os limites da automação desses processos. Afinal, até onde as empresas vão conseguir automatizar? Até onde vale a pena apostar nas inovações para reduzir custos e agilizar alguns procedimentos?

A resposta exata para esses questionamentos é impossível de ser dada, mas alguns fatores nos ajudam a criar hipóteses sobre o tema. A busca constante das pessoas por socialização, por exemplo, é um fator comportamental que nos permite entender que, por mais benefícios que a automação de processos traga para o nosso dia a dia, uma empresa simplesmente nunca poderá ser totalmente automatizada. As redes sociais

são um fenômeno global que exemplifica bem a necessidade humana de conectividade com outras pessoas.

As redes sociais são um fenômeno global que exemplifica bem a necessidade humana de conectividade com outras pessoas

Além disso, ao mesmo tempo em que a automação agiliza processos, reduz custos, permitindo que as empresas apostem no fator humano, que será sempre um diferencial para a atração de clientes para a maioria das marcas.

As empresas investem cada vez mais em experiências humanas e personalizadas para seus consumidores. Uma tendência que mostra que elas estão atentas e investindo constantemente no componente humano, independentemente das inúmeras possibilidades de automatização de seus processos internos e externos.

Voltando aos limites das inovações tecnológicas, podemos afirmar que as empresas não conseguirão automatizar os trabalhos mais versáteis, que demandam criatividade, inovação e riscos desconhecidos. Some-se a isso o fato de o ser humano ter uma capacidade enorme de ser flexível, tanto mental quanto fisicamente. Isso o torna muito útil para as companhias.

As novas tecnologias vão, sim, modificar ainda mais as formas de relacionamento entre as pessoas e, conseqüentemente, das empresas com seus consumidores, parceiros, fornecedores e com o mercado em geral. Mas, neste mesmo contexto, precisamos lembrar que o aumento da produtividade gerado com automação torna produtos e serviços mais baratos, enriquecendo as pessoas. E, assim, novas demandas por relacionamentos surgem junto com novas ofertas.

Desde a Revolução Industrial até hoje, vimos vários trabalhos manuais em fábricas e fazendas serem substituídos por máquinas. A diferença é que agora as máquinas vêm substituir alguns processos mentais. Todas as fábricas estão sem gente? Não, e a situação vai ser parecida nos escritórios.

A reflexão é um tanto óbvia, mas ainda válida: uma máquina que fabrica fraldas é mais eficiente que qualquer humano para fabricar fraldas de uma determinada qualidade, mas não serve sorvete ou olha para os clientes e reflete sobre o que mais eles poderiam consumir. A máquina não cria modelos de negócios, não fabrica outras máquinas, não pensa em como melhorar seu próprio processo. A inteligência artificial que temos hoje ainda está muito distante de ter a mesma cognição que um humano.

Essas são apenas algumas das razões para acreditarmos que há, sim, um limite para a automação dentro das empresas. Não há motivos para se assustar e achar que tudo será automatizado. A automação não vem para todos os processos, absolutamente. O ser humano demanda – e sempre vai demandar – o contato humano. Estamos falando de uma demanda que, por muito tempo ainda, só poderá ser atendida por pessoas, não por máquinas.

Mateus Azevedo é sócio da BlueLab e responsável pela diretoria de Marketing e Vendas.

Empresas ganham mercado de US\$ 109 bi

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

As empresas brasileiras terão acesso a um mercado potencial de US\$ 109 bilhões com a entrada em vigor, em 2019, dos primeiros acordos de compras governamentais assinados pelo Brasil. Três protocolos passam a valer em janeiro: com Chile, Peru e Mercosul. Com esses acordos, as empresas brasileiras poderão participar de licitações

públicas nas mesmas condições das locais, e vice-versa, sem as atuais barreiras impostas para os estrangeiros.

Apesar de os compromissos entrarem em vigor em quatro meses, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) repassado ao **Estadão/Broadcast**, 75% das empresas têm baixo ou nenhum conhecimento sobre como participar dessas concorrências, que incluem desde compras de materiais até a contratação de obras e outros serviços. Por conta disso, a confederação elaborou um manual com o caminho das pedras para participar de licitações no exterior.

De acordo com o levantamento da entidade, o maior mercado potencial é a Argentina, com US\$ 81,5 bilhões. Um protocolo sobre contratações públicas foi assinado no âmbito do Mercosul em dezembro de 2017, o que representa um mercado total de US\$ 85,9 bilhões para os exportadores brasileiros. Em 2016, o Brasil havia assinado um acordo com o Peru e, neste ano, outro com o Chile, disciplinando as compras públicas. O potencial do mercado peruano é estimado em US\$ 12 bilhões pela CNI e o chileno em US\$ 11 bilhões.

Além dos três que entram em vigor no próximo ano, o Brasil negocia acordos em compras públicas com a União Europeia, México, Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA) e Canadá, que, juntos, somam quase US\$ 2 trilhões em compras públicas.

A vantagem para os exportadores brasileiros é que os acordos eliminam, por exemplo, barreiras como margens de preferências para empresas nacionais, em que ganham pontos ao participar de concorrência, ou certificações específicas que são pedidas a empresas estrangeiras e muitas vezes representam custos que impedem a participação no processo.

“O Brasil já tem uma presença forte nesses mercados e, agora, com esses acordos, há uma eliminação de barreiras para que as nossas empresas participem das licitações e concessões. As empresas precisam estar atentas a essas oportunidades para ampliar suas exportações”, disse o gerente de Negociações Internacionais da CNI, Fabrizio Panzini.

De acordo com Panzini, os acordos deverão beneficiar setores como construção civil, medicamentos, máquinas e equipamentos, máquinas rodoviárias, serviços de engenharia e tecnologia da informação, entre outros. O guia que será lançado pela CNI nas próximas semanas traz informações práticas sobre como as empresas exportadoras podem participar das concorrências em cada país, como oportunidades por setor, onde encontrar editais e documentos necessários.

Tarifas

O gerente da CNI explicou que os acordos de comércio firmados até agora focavam em questões tarifárias e deixavam de fora as licitações públicas até por conta do temor da indústria doméstica em relação à participação das estrangeiras nas concorrências no Brasil. Para Panzini, isso mudou nos últimos anos com a abertura do mercado de compras governamentais no Brasil, que já conta com quase 50% de produtos importados.

“Era uma agenda que estava fora das nossas negociações oficiais e acabávamos não olhando os mercados de fora. Notamos agora que as empresas têm um apetite em participar de compras públicas em outros países”, completou.

É o caso, por exemplo, da Positivo Tecnologia. De acordo com o diretor de Relações Governamentais da empresa, José Goutier Rodrigues, a empresa considera a entrada em vigor dos três acordos no próximo ano uma grande oportunidade.

Por causa das margens de preferência dadas às indústrias nacionais, a Positivo teve de abrir fábricas na Argentina e no Quênia para poder participar de forma competitiva nas licitações governamentais.

Volume de dívidas cresce 1,1% em agosto na base anual, dizem CNDL e SPC Brasil

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

O volume de dívidas cresceu 1,11% em agosto na comparação com o mesmo mês no ano passado, mostra pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e SPC Brasil. Na base mensal de comparação, isto é, agosto frente julho, foi observado uma leve queda de 0,66% no volume de dívidas em atraso.

Os dados das pendências por setor credor revelam que as dívidas bancárias, que englobam cartão de crédito, cheque especial e empréstimos, por exemplo, é a que apresentou a alta mais expressiva em agosto, de 7,03% na comparação com o mesmo mês de 2017.

O segundo setor mais impactado pela inadimplência foi o de serviços básicos, como água e luz, cujo crescimento foi de 3,42%.

Os atrasos no crediário do comércio caíram 6,01%, enquanto as pendências com TV por assinatura, internet e telefonia se mantiveram estáveis, com pequeno avanço de 0,01% no período.

Em termos de participação, mais da metade (52%) de todos os compromissos financeiros não quitados pelo brasileiro foi contraída em bancos ou financeiras, seguidas do comércio, com 18%, setor de comunicação, com alta de 14% e empresas prestadoras de serviços básicos, com 8%.

Setor de Serviços não entrará nas mudanças do PIS/Cofins, diz Guardia

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reafirmou nesta quinta-feira, 13, que o setor de Serviços ficará fora da proposta de reforma do PIS/Cofins que o governo pretende encaminhar ao Congresso após as eleições de outubro.

“Estamos trabalhando na simplificação de PIS/Cofins. A reforma exclui o setor de serviços, que poderá seguir no cumulativo. Vamos tentar resolver a complexidade do PIS/Cofins ao restante da economia”, disse o titular da Fazenda em discurso proferido na premiação Empresas Mais, promovida pelo Grupo Estado.

Guardia defendeu que é preciso fazer a reforma dos dois tributos antes de avançar, futuramente, ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unificaria diversos tributos, como prometem a maioria dos candidatos à Presidência da República.

O ministro também fez comentários sobre a ideia do governo de antecipar a proposta, prometida por quase todos os candidatos, de transferir para os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) a tributação que hoje incide sobre o lucro das empresas. “A carga tributária das empresas, ao redor de 34%, está muito acima da média internacional, mas temos um problema fiscal enorme e não podemos abrir mão de receita”, declarou o ministro.

“Teremos que fazer uma rediscussão de como tributamos as empresas. Nosso entendimento é que temos que olhar em conjunto com JCP e tributação de dividendos. Se reduz aqui, tem que aumentar em algum lado”, acrescentou Guardia em discurso feito a uma plateia composta por executivos e empresários.

Governo ainda estuda tamanho de redução de IR para empresas que irá propor, diz Guardia

14/09/2018 – Fonte: G1 (publicado em 13-09-2018)

Em evento em São Paulo, ministro também disse que o Brasil não tem problemas para gerar receitas, mas sim com os altos gastos, reforçando mais uma vez a necessidade de reformas.



O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, confirmou nesta quinta-feira (13) que o governo avalia reduzir a alíquota do Imposto de Renda para pessoas jurídicas para fazer frente ao que ocorre em outros países, mas que o tamanho desse movimento tem de ser discutido ainda.

Em entrevista ao O Estado de S. Paulo, Guardia havia dito que a equipe econômica vai esperar o resultado da eleição presidencial para encaminhar ao Congresso a reforma do PIS/Cofins e a redução do IR para empresas.

No dia 3 de setembro, em São Paulo, Guardia havia dito que o Brasil está descolado da realidade mundial de tributação de pessoa jurídica. Mas, segundo ele, não dá para abrir mão dos R\$ 140 bilhões arrecadados ao ano, pois metade do valor vai para Estados e municípios. "Temos que ter mecanismos de compensação. O caminho é reduzir a tributação de pessoa jurídica e compensar parcialmente com tributação de dividendos", afirmou na ocasião.

Ao participar de evento em São Paulo nesta quinta, Guardia também afirmou que o Brasil não tem problemas para gerar receitas, mas sim com os altos gastos, reforçando mais uma vez a necessidade de as reformas continuarem.

Ele argumentou que o país tem uma carga tributária alta, o que já ajuda a obter receitas, mas que os gastos são muito elevados. "Não temos problemas de receitas no Brasil", afirmou ele.

O ministro tem batido na mesma tecla que o país necessita dar continuidade às reformas, citando a da Previdência como fundamental diante dos elevados desembolsos, para voltar a crescer de forma mais robusta.

Pesquisa Focus mais recente do Banco Central, que ouve semanalmente uma centena de economistas, mostrou que a projeção de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 é de 1,4%, redução de 0,04 ponto percentual sobre a semana anterior. Para 2019, a conta permanece em 2,5%.

Formada por veteranos, Vectis se prepara para lançar gestora digital

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Vectis Partners, casa de investimentos criada no ano passado por quatro veteranos do mercado financeiro, se prepara para lançar em outubro a Vítreo: uma gestora digital que se propõe a "democratizar o capital", oferecendo a um público mais amplo produtos antes restritos a investidores de alta renda.

O time de sócios, que se conhece há mais de 20 anos, é formado por Paulo Lemann (fundador da Pollux Capital e filho de Jorge Paulo Lemann, do 3G Capital, dono da AB

Inbev), Patrick O'Grady (que foi sócio do Pactual e da XP Investimentos), Alexandre Aoude (ex-presidente do Deutsche Bank no Brasil) e Sérgio Campos (também fundador da Pollux). Com o uso de tecnologia, que reduz os custos, a nova plataforma dará acesso a fundos de investimento robustos cujo aporte inicial seria hoje impeditivo aos pequenos investidores.

Com um projeto de interface de uso simples, que prioriza os acessos por celular, a estratégia da gestora é oferecer fundos de fundos (os chamados FoFs, na sigla em inglês) – ou seja, fundos que compram cotas de outros fundos. O primeiro produto da Vítreo será para o segmento de previdência. “É um mercado gigante, mas as opções disponíveis, principalmente nos bancos, são muito ruins – taxas de administração altas por uma rentabilidade baixa”, observa O Grady.

Segundo os últimos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), há atualmente 1,5 mil fundos de previdência no País, com um patrimônio líquido total de mais de R\$ 767 bilhões. As taxas médias de administração, a depender da classe do fundo, vão de 1,2% a 2,3% ao ano.

Para balizar a carteira do novo produto, a Vectis fechou um acordo comercial com a empresa de conteúdo e editora Empiricus, que tem 200 mil assinantes e 1,5 milhão de leitores. O produto nasceu de uma recomendação da Empiricus do que seriam os sete melhores fundos de previdência – relatório esse que conta com 30 mil assinantes. O fundo da Vítreo terá cotas de dez fundos do segmento, com alocações em multimercado, renda fixa e ações. Entre as gestoras estão nomes de peso como Verde, Adam, Alaska e Ibiuna. “No varejo, alternativas com esse calibre de gestores inexistem”, diz O Grady.

Se a Empiricus entra com as recomendações, a Vítreo possibilita as aplicações de forma facilitada. “Para seguir a nossa recomendação, o assinante muitas vezes tinha de abrir conta em várias gestoras diferentes, o que é muito trabalhoso”, diz Felipe Miranda, fundador da Empiricus.

O valor mínimo para investimento na Vítreo será de R\$ 1 mil, com taxa de 0,8% ao ano sobre ativos sob gestão. O Grady pontua que um diferencial da gestora será a devolução para o investidor dos chamados “rebates”, tal qual ocorre nos family offices e casas de gestão de fortuna.

O rebate é um percentual pago pela gestora ao distribuidor de um produto financeiro, uma espécie de comissão, que gira em torno de 20% a 50% da taxa de administração. “Tudo o que a gente receber de rebate a gente vai devolver para o investidor”, diz. A meta é alcançar R\$ 1 bilhão sob gestão em menos de 12 meses.

Para Guilherme Horn, diretor de inovação da consultoria Accenture, é esperado que uma nova gestora nasça digital hoje em dia, em função de várias facilidades tecnológicas. “Mas a entrada de um player 100% digital no mercado brasileiro de gestoras, que ainda é muito conservador, deve gerar uma movimentação dos concorrentes, porque há vantagens claras em termos de margem e de eficiência”.

Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper, avalia que a Vítreo não deve disputar espaço com fintechs ou mesmo corretoras, mas sim com os bancos. “A briga não é entre os que estão tentando inovar.

É uma questão de educar financeiramente de que há outras e melhores opções que o banco”, diz. Ele afirma que a escolha por previdência foi estratégica. “Como a população brasileira está num caminho de envelhecimento, os produtos do segmento vão evoluir bastante ao longo do tempo. A gente ainda está engatinhando.”

Saldo de empregos do varejo paulista em julho tem pior resultado desde 2015

14/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Demissões superaram contratações no período



Paralisação dos caminhoneiros afetou o movimento na rua José Paulino, tradicional ponto de venda de roupas na capital paulista - Bruno Santos - 02.jun.2018/Folhapress
O saldo de empregos do mês de julho do varejo paulista é o pior desde 2015, de acordo com a FecomercioSP.

Foram 175 demissões a mais que o número total de contratações. No mesmo período de 2017, a diferença entre os dois índices foi positiva —6.205 admissões.

A incerteza do cenário eleitoral e a paralisação dos caminhoneiros contribuíram para o desempenho excepcionalmente ruim do primeiro semestre, afirma Jaime Vasconcellos, assessor econômico da entidade.

A expectativa é que o típico aquecimento da segunda metade do ano, causado pelas vendas do Natal e pelo recebimento do 13º terceiro, compense parte das perdas, diz Vasconcellos.

“Não teremos geração de empregos significativa. A grande maioria das vagas abertas no último trimestre do ano é temporária.”

País gera 392 mil empregos no primeiro semestre de 2018

14/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 13-09-2018)

O saldo de empregos com carteira assinada gerados no primeiro semestre deste ano foi de 392 mil em todo o país, um valor 452,37% superior ao mesmo período de 2017, quando foram criados 71 mil novas vagas. Os dados são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados nesta quinta-feira (13) pelo Ministério do Trabalho.

Com esse resultado, na comparação entre os primeiros seis meses de cada ano, em 2018 foram criadas 321 mil vagas a mais do que no ano anterior. As informações são da Agência Brasil.

Dos oito setores da economia, sete tiveram saldo positivo nos primeiros seis meses deste ano. O melhor desempenho foi no segmento de serviços, que chegou ao final do primeiro semestre com 279.130 postos de trabalho criados, seguido pela indústria de transformação, que gerou 75.726 vagas, e a agropecuária, que gerou 70.334 empregos novos. Já o comércio fechou 94.839 postos de trabalho com carteira assinada.

A taxa de desemprego, segundo a mais recente Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), divulgada em agosto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), abrange 12,3% da população economicamente ativa, volume 0,6% menor do que o apurado em março. O número representa um contingente de 12,9 milhões de pessoas sem trabalho no país.

JOVENS

Em uma análise por faixa etária, o levantamento mostra que a maior parte dos empregos gerados no primeiro semestre desse ano (104 mil) inclui jovens entre 18 e 24 anos. Houve também uma reversão no fechamento de vagas nas faixas etárias entre 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Enquanto na primeira metade do ano passado esses dois grupos perderam 66 mil vagas de emprego, neste ano já foram abertas, nessas duas faixas, 46,3 mil novos postos de trabalho.

Por outro lado, continuaram sendo fechadas vagas para trabalhadores nas faixas de 40 a 49 anos (-16,2 mil), 50 a 64 anos (-122,1 mil) e acima de 64 (-29,6 mil), mas em ritmo menor do que no primeiro semestre de 2017, quando essas três faixas etárias viram o fechamento de 266,4 mil postos de trabalho com carteira assinada em todo o país.

ESCOLARIDADE

Dos 394 mil empregos gerados na primeira metade deste ano, 266 mil foram para trabalhadores com ensino médio completo, seguido de 166 mil para quem tem ensino superior completo, 26,4 mil para quem tem ensino superior incompleto e 6,6 mil vagas para quem tem ensino médio incompleto. Não houve abertura de novas vagas para trabalhadores com escolaridade inferior a essas.

Entre os empregos para quem tem ensino médio completo e incompleto, os que absorveram a maior parte das vagas foram alimentador de linha de produção (49 mil), faxineiro (32,3 mil) e auxiliar de escritório (24,2 mil). Para quem tem ensino superior completo ou incompleto, a maior parte das vagas foram como auxiliar de escritório (17 mil) e assistente administrativo (14,5 mil).

País criou mais empregos para jovens com maior escolaridade no 1º semestre, revela Caged

14/09/2018 – Fonte: G1 (publicado em 13-09-2018)

Por outro lado, o maior fechamento de vagas se deu nas faixas etárias dos 50 a 64 anos e acima de 65 anos. E atingiu principalmente os trabalhadores com nível fundamental incompleto e completo.



Maior número de vagas foi para jovens até os 29 anos e com nível médio e superior completo — Foto: Monty Rakusen/Cultura Creative

Dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho mostram que no 1º semestre deste ano a criação de vagas foi maior para quem tinha até 29 anos.

Em relação à formação, mais vagas foram abertas para profissionais com nível médio e superior completo.

Por outro lado, o maior fechamento de vagas se deu nas faixas etárias dos 50 a 64 anos e acima de 65 anos. E atingiu principalmente os trabalhadores com nível fundamental incompleto e completo. Veja nas tabelas abaixo:

Vagas por faixa etária (1º sem)

Faixa etária	2017	2018
Até 17	109.341	115.070
18 a 24	294.113	399.078
25 a 29	-5.886	40.379
30 a 39	-60.040	5.947
40 a 49	-69.936	-16.211
50 a 64	-165.878	-122.152
65 ou mais	-30.664	-29.650
Total	71.050	392.461

Fonte: Ministério do Trabalho

Vagas por escolaridade (1º sem)

Escolaridade	2017	2018
Analfabeto	-4.109	-4.785
Até 5ª incompleto	-12.245	-9.195
5ª completo fundamental	-8.651	-6.861
6ª a 9ª fundamental	-24.791	-2.869
Fundamental completo	-49.331	-20.908
Médio incompleto	-23.382	6.672
Médio completo	106.714	266.075
Superior incompleto	10.867	26.423
Superior completo	75.978	137.909
Total	71.050	392.461

Fonte: Ministério do Trabalho

O saldo de empregos do mercado formal subiu 452,37% no 1º semestre em relação ao mesmo período do ano passado- passou de 71.050 em 2017 para 392.461 neste ano. Segundo o Ministério do Trabalho, entre um ano e outro, foram 321.411 novos empregos.

Por gênero

Por gênero, houve maior abertura de vagas para os homens - 65% do total das vagas. No entanto, as mulheres tiveram crescimento significativo em relação ao mesmo período de 2017 – enquanto no 1º semestre do ano passado elas ocupavam 1.477 vagas criadas (2% do total), neste ano elas passaram a ocupar 137.475 (35% do total).

Para os homens, os setores que mais criaram vagas foram serviços, agropecuária, indústria e construção civil.

Já para as mulheres, houve maior criação de vagas em serviços, indústria, agropecuária e administração pública.

Setores

O setor de serviços foi o que mais abriu vagas de janeiro a junho, seguido pela indústria e agropecuária. Já o setor de comércio foi o único com saldo negativo de vagas. Veja abaixo:

Vagas por setor (1º sem)

Setores	2017	2018
Extrativa mineral	-1.437	1.169
Indústria de transformação	28.299	75.726
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.355	4.842
Construção Civil	-32.081	42.521

Comércio	-123.060	-94.839
Serviços	61.680	279.130
Administração Pública	18.244	13.578
Agropecuária	118.050	70.334
Total	71.050	392.461

Fonte: Ministério do Trabalho

Todos os setores geraram mais vagas para os trabalhadores com nível médio completo, com exceção do comércio e da administração pública, que empregaram mais quem tinha nível superior completo. No caso do comércio, quase metade do total de vagas fechado foi para quem tinha nível médio completo (47.370 do total de 94.839).

20 ocupações com maior saldo de vagas para até ensino fundamental completo:

1. Trabalhador da Cultura de Café: 20.635
2. Trabalhador Volante da Agricultura: 16.806
3. Servente de Obras: 13.503
4. Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais): 9.185
5. Alimentador de Linha de Produção: 7.784
6. Auxiliar de Processamento de Fumo: 5.198
7. Trabalhador Agropecuário em Geral: 4.728
8. Tratorista Agrícola: 4.390
9. Faxineiro: 1.924
10. Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas: 1.608
11. Auxiliar nos Serviços de Alimentação: 1.042
12. Preparador de Calçados: 1.013
13. Montador de Andaimos (Edificações): 967
14. Operador de Colheitadeira: 853
15. Trabalhador do Beneficiamento de Fumo: 820
16. Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes (Exceto Trilhos): 766
17. Trabalhador de Extração Florestal, em Geral: 760
18. Trabalhador na Olericultura (Raízes, Bulbos e Tubérculos): 758
19. Processador de Fumo: 757
20. Empregado Doméstico nos Serviços Gerais: 738

20 ocupações com maior saldo de vagas para ensino médio completo e incompleto

1. Alimentador de Linha de Produção: 49.051
2. Faxineiro: 32.330
3. Auxiliar de Escritório, em Geral: 24.233
4. Servente de Obras: 17.836
5. Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais): 17.025
6. Técnico de Enfermagem: 12.819
7. Recepcionista, em Geral: 11.764
8. Embalador à Mão: 9.734
9. Trabalhador Volante da Agricultura: 9.228
10. Auxiliar nos Serviços de Alimentação: 8.331
11. Atendente de Lojas e Mercados: 7.690
12. Tratorista Agrícola: 7.648
13. Porteiro de Edifícios: 7.466
14. Trabalhador da Cultura de Café: 5.821
15. Vigilante: 5.637
16. Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas: 5.612
17. Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo: 5.431
18. Assistente Administrativo: 5.209
19. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil: 5.163
20. Trabalhador Agropecuário em Geral: 4.986

20 ocupações com maior saldo de vagas para ensino superior completo e incompleto

1. Auxiliar de Escritório, em Geral: 17.094
2. Assistente Administrativo: 14.531
3. Professor de Nível Superior do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série): 7.738
4. Enfermeiro: 6.129
5. Professor de Nível Médio no Ensino Fundamental: 6.008
6. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil: 5.438
7. Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série): 4.993
8. Recepcionista, em Geral: 4.807
9. Professor de Nível Médio na Educação Infantil: 3.663
10. Professor de Nível Superior na Educação Infantil (4 a 6 anos): 3.639
11. Auxiliar de Contabilidade: 3.348
12. Professor de Nível Superior na Educação Infantil (0 a 3 anos): 3.043
13. Analista de Desenvolvimento de Sistemas: 3.010
14. Assistente de Vendas: 2.379
15. Farmacêutico: 2.300
16. Alimentador de Linha de Produção: 2.079
17. Programador de Sistemas de Informação: 1.861
18. Professor de Disciplinas Pedagógicas no Ensino Médio: 1.810
19. Fisioterapeuta Geral: 1.786
20. Técnico de Enfermagem: 1.770

Número de inadimplentes sobe 3,63% em agosto, apuram CNDL e SPC Brasil

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-09-2018)

Em agosto, o número de devedores que não conseguiu honrar seus compromissos subiu para 62,9 milhões. Em termos absolutos, o dado supera em 3,63% o contingente de inadimplentes registrados no mesmo período do ano passado. Trata-se do 11º mês consecutivo de alta no universo de pessoas que ficaram com seus nomes sujos na praça.

Os dados são de um levantamento feito pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil. Do total da população brasileira adulta, 41% ficou impedida de obter empréstimos, financiamentos ou de realizar compras parceladas.

Na leitura mensal, na passagem de julho para agosto, o número de inadimplentes recuou 0,71%. É a segunda queda mensal seguida observada pelo SPC Brasil. Na avaliação do presidente da CNDL, José Cesar da Costa, apesar do pequeno recuo nos últimos 30 dias, a inadimplência segue elevada, refletindo as dificuldades econômicas do país.

“A recuperação econômica mais lenta do que o esperado cria dificuldades para a gestão do orçamento das famílias, frustrando planos e a volta do consumo. A reversão desse quadro passa por uma aceleração da atividade econômica, em especial, do emprego e renda, que são os fatores que mais pesam para a confiança do consumidor”, explica o presidente.

Regiões

A análise do indicador de inadimplência por região mostra que há avanço de forma generalizada. Apenas no Sudeste o aumento foi de 10,52% na quantidade de devedores. Em segundo lugar ficou a região Norte, com alta de 3,76%, seguida do Nordeste com elevação de 3,22%. No Sul, a elevação foi de 2,67% e no Centro-Oeste, de 1,87%.

De acordo com a estimativa, proporcionalmente, a região que concentra o maior número de inadimplentes é o Norte, onde 49% da população adulta encontra-se com

o CPF restrito. São 5,9 milhões de consumidores negativados no Norte do País, segundo a CNDL e SPC Brasil. A segunda região mais inadimplente é o Nordeste, que tem 43% dos adultos com contas em atraso ou 17,4 milhões de consumidores com restrições ao crédito.

No Centro-Oeste são 5 milhões de inadimplentes, o que equivale a 42% da população adulta local. No Sudeste há um total de 26,1 milhões de negativados ou 39% dos residentes acima de 18 anos. No Sul, aproximadamente 8,5 milhões de pessoas ou 37% da população está com restrições financeiras.

A inadimplência cresce mais entre idosos e cai entre a população jovem. Na comparação entre agosto de 2018 com agosto de 2017, aumentou em 9,56% a quantidade de inadimplentes com idade de 65 a 84 anos. Considerando apenas os brasileiros de 50 a 64 anos, a alta foi de 6,26%, enquanto na população de 40 a 49 anos, houve um aumento de 4,77% no número de negativados. Entre os consumidores de 30 a 39 anos, o aumento da inadimplência foi de 1,69% em agosto.

A queda ocorreu entre os mais jovens. Considerando a população de 18 a 24 anos, houve um recuo considerável de 23,20%, ao passo que entre os brasileiros de 25 a 29 anos, a redução foi de 5,63%. Na avaliação do presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior, o comportamento distinto entre as faixas etárias é reflexo da entrada tardia dos jovens no mercado de trabalho e também da permanência prolongada dos idosos como força produtiva do país.

“Fora do mercado de trabalho pelas mais diversas razões, seja estudo, desemprego ou por opção, muitos desses brasileiros acabam ficando também fora do mercado de crédito, reduzindo o contingente de potenciais inadimplentes. Já entre os idosos, que estão permanecendo por mais tempo no mercado de trabalho, a renda mais baixa nessa faixa etária e o aumento expressivo de gastos com saúde, por exemplo, podem desajustar o orçamento”, analisa Pellizzaro Junior.

Em números absolutos, a maior parte dos inadimplentes está compreendida na faixa dos 30 aos 39 anos. São 17,9 milhões de pessoas nesse momento da vida que não conseguem honrar seus compromissos financeiros. Considerando a população de 40 a 49 anos, são 14,1 milhões de inadimplentes e outros 13 milhões que possuem de 50 a 64 anos.

Entre os idosos, dos 65 aos 84 anos, são 5,4 milhões os que estão com o CPF restrito. Na população mais jovem, os números também são expressivos: 7,8 milhões de inadimplentes com idade de 25 a 29 anos e 4,5 milhões com contas atrasadas que têm de 18 a 24 anos.

Ex-deputado acusa sindicato dos metalúrgicos de desvios

14/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Medeiros diz que entidade não repassa indenizações a trabalhadores

Em outubro de 2017, após 21 anos de uma disputa judicial, chegou aos cofres do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes a quantia de R\$ 3,16 milhões para o pagamento de indenização trabalhista a José Carlos de Almeida Saraiva, 62.

Quase um ano depois, porém, o dinheiro ainda não entrou na sua conta. Almeida havia recorrido à Justiça em 1996, ingressando com a ação após 20 anos de trabalho na Sociedade Técnica de Fundições Gerais, por problemas auditivos.

O dinheiro --cujos valores históricos somavam R\$ 1,8 milhão - foi depositado em 2009 e, finalmente, liberado no ano passado. Mas o metalúrgico nunca foi informado pelo sindicato.



Luiz Antonio Medeiros (de camisa branca) em durante protestos em 2015 contra mudança nas regras do seguro-desemprego - Apu Gomes/Folhapress

Na semana passada, ao receber o ex-deputado Luiz Antonio Medeiros em sua casa, no Jaraguá, em São Paulo, o metalúrgico comemorou a chegada de uma boa notícia.

Medeiros é o 3º vice-presidente do sindicato e faz parte diretoria formada por 61 membros --com direito a salário que varia de R\$ 10 mil a 12 mil, além de dois funcionários e um carro.

"A boa notícia é que o dinheiro foi depositado [na conta do sindicato]. A má é que o sindicato não te pagou", respondeu Medeiros, segundo Almeida. "Fiquei surpreso. Nunca imaginei que isso pudesse acontecer no sindicato que representa a gente", diz. Em outro caso, 23 trabalhadores ganharam uma ação coletiva contra a Schindler, no valor de R\$ 2 milhões, fora honorários advocatícios.

Após 25 anos de disputa, o dinheiro foi depositado na conta do sindicato em novembro de 2017. Em janeiro de 2018, a entidade alegou à Justiça ter localizado apenas cinco trabalhadores, que receberiam cerca de R\$ 800 mil ao todo. O restante ficou nos cofres do sindicato, que é filiado à Força Sindical.

Filha de um dos beneficiários —José Hugo da Silva, morto em 2009— Vanessa Aparecida da Silva diz que a família nunca mudou de endereço. E lamenta que o pai tenha morrido sem saber de sua vitória na Justiça.

O pai da Vanessa era montador de elevadores e começou a trabalhar na empresa em 1978. Ele tinha direito a cerca de 129 mil. "Só fiquei sabendo que meu pai não recebeu o valor pelo senhor Medeiros", disse ela.

Na quarta-feira (12), Medeiros entrou com uma representação no Ministério Público Estadual contra o sindicato que também dirige.

Na representação, ele também lista os benefícios dos diretores, como o salário de seus funcionários, um de R\$ 5 mil e outro de R\$ 7 mil.

O ex-deputado também acusa a direção da entidade de não repassar o INSS e o Imposto de Renda retidos na fonte, nem de realizar assembleias.

Ele diz ainda que, em 2014, a informação foi de que o sindicato mantinha R\$ 86 milhões em caixa. E que, no mês passado, a diretoria da entidade foi informada de que não havia mais dinheiro em conta.

Entre as suspeitas que levou ao MP, Medeiros aponta a contratação de um escritório de advocacia a R\$ 199,3 mil mensais.

Além da denúncia, ele diz ainda que a reforma dos instaladores médicos da entidade custou R\$ 25 milhões. E que nos últimos três anos, o sindicato gastou R\$ 1,2 milhão em viagens de seus diretores.

A acusação de Medeiros causou reboliço no sindicato, que convocou às pressas uma reunião para segunda-feira (17).

"O sindicato virou uma máquina de arrecadar, seja de qualquer forma. Perdeu o seu objetivo, que é representar o trabalhador", acusa Medeiros.

O presidente do sindicato, Miguel Torres, que está em Bogotá, diz desconhecer qualquer irregularidade.

"Não tenho conhecimento de nenhuma irregularidade. Não tem registro de nenhum trabalhador e trabalhadora que procurou o sindicato, o nosso jurídico, com ações ganhas e que não foi providenciado o pagamento. Voltando ao Brasil, vou tomar pé da situação", disse.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi tem 150 mil empregados em sua base territorial, dos quais 24 mil pagam R\$ 43 mensais.

É preciso insistir nas reformas', diz Guardia

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse na quinta-feira, 13, que o Brasil pode acelerar o ritmo de crescimento se persistir na agenda de reformas. Em discurso na premiação Empresas Mais, do **Estadão**, Guardia listou quatro condições para a retomada do crescimento: resolução da crise fiscal; reformas microeconômicas, tendo em vista a melhora da competitividade; retomada dos investimentos para resolver o "enorme" gargalo em infraestrutura; e abertura comercial.

"Estamos em um momento de escolha e definição de rumos. Acredito que o País tem condições de ter trajetória de crescimento superior se continuar a agenda de reformas iniciada há dois anos, mesmo num momento mais adverso da economia internacional", comentou o ministro.

Ao diferenciar a situação do Brasil da de países emergentes em crise, como Argentina e Turquia, Guardia apontou a solidez das contas externas, as reservas internacionais e o fato de o País não ter dívidas dolarizadas.

O ministro criticou a ideia de usar as reservas internacionais para financiar a retomada dos investimentos em infraestrutura. Ele disse que essa opção, além de ser ilegal, agrava a crise fiscal ao aumentar o endividamento do setor público. "É uma solução ilegal e errada em nosso entendimento", comentou o ministro, acrescentando que as reservas só poderiam ser usadas para pagar dívidas. "Não é a saída para a retomada dos investimentos"

Teto de gastos

O ministro aproveitou sua palestra para, mais uma vez, defender o teto dos gastos. O mecanismo que limita o aumento das despesas públicas vem sendo muito atacado por alguns candidatos à Presidência da República sob a justificativa de que o mecanismo engessa as despesas em projetos sociais, educação e saúde.

"Está errado dizer que teto dos gastos congela as despesas", disse o ministro. Segundo ele, os valores mínimos constitucionais para as áreas de educação e saúde estão assegurados até mesmo pela Emenda Constitucional que criou o teto dos gastos. Ainda

de acordo com Guardia, "a questão central do lado fiscal não é a falta de receita, é o excesso de gastos".

A mensagem que passam aqueles que combatem o teto, de acordo com Guardia, é a de que não se preocupam com a elevação dos gastos e que podem continuar elevando as despesas, o que contribui para a expansão do déficit público. Para o ministro é insustentável manter o déficit nas contas públicas na casa de 5 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

Guardia citou várias medidas que, na avaliação dele, se tomadas, vão contribuir para conter os gastos do governo e conduzir à retomada do crescimento acima das taxas observadas atualmente. Ele citou inclusive uma agenda de reformas microeconômicas que já estaria no Congresso como algo que poderá ajudar no deslocamento para uma taxa maior do crescimento potencial do PIB.

No entanto, fez questão de ressaltar que a prioridade é a reforma da Previdência. "Sem a reforma da Previdência, não teremos nem ambiente para discutir a reforma tributária", alertou o ministro da Fazenda.

Tributos

O ministro reafirmou em seu discurso que o setor de serviços ficará fora da proposta de reforma do PIS/Cofins que o governo pretende encaminhar ao Congresso após as eleições de outubro. "Estamos trabalhando na simplificação de PIS/Cofins. A reforma exclui o setor de serviços, que poderá seguir no cumulativo. Vamos tentar resolver a complexidade do PIS/Cofins no restante da economia."

Guardia defendeu que é preciso fazer a reforma dos dois tributos antes de avançar, futuramente, para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unificaria diversos tributos, como prometem a maioria dos candidatos à Presidência da República.

O ministro também fez comentários sobre a ideia do governo de antecipar a proposta, prometida por quase todos os candidatos, de transferir para os dividendos e juros sobre o Capital Próprio (JCP) a tributação que hoje incide sobre o lucro das empresas. "A carga tributária das empresas, ao redor de 34%, está muito acima da média internacional, mas temos um problema fiscal enorme e não podemos abrir mão de receita", declarou o ministro. "Teremos de fazer uma rediscussão de como tributamos as empresas."

ONS prevê bandeira vermelha na conta de luz até o final do ano

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

O diretor geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Eduardo Barata, disse nesta quinta-feira, 13, que até o final do ano a bandeira vermelha do setor elétrico continuará acionada, mesmo com o início do período chuvoso em novembro, porque seria temerário desligar termelétricas em um momento de escassez hídrica. "Até porque para as distribuidoras também seria temerário, por conta dos custos com os combustíveis", destacou o executivo sobre a cobrança adicional nas contas de luz.

Ele participou do seminário "O futuro do Setor Elétrico Brasileiro: Desafios e Oportunidades", promovido pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial (COGE) e a Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE).

Barata afastou qualquer tipo de problema de abastecimento de energia elétrica no País, mesmo com a chegada do verão, já que com o acionamento das usinas termelétricas para poupar os reservatórios das hidrelétricas são suficientes para atender à demanda.

O seminário reúne representantes das principais entidades do setor elétrico e pretende chegar ao final com propostas a serem entregues aos candidatos à presidência da República.

Segundo o presidente interino da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, a consolidação das termelétricas como base da geração do sistema elétrico é um dos pontos que deverão ser levados ao novo comando do setor no Brasil.

Copel terá novo centro de operações em novembro, diz executivo

14/09/2018 – Fonte: DCI (publicado em 13-09-2018)



A Copel vai inaugurar em 1º de novembro um novo centro de operações de energia do Paraná, que centralizará as atividades em busca de maior eficiência, nesta quinta-feira o diretor presidente da Copel Distribuição, Antonio Guetter.

Com investimentos de 60 milhões de reais, a nova estrutura da estatal paranaense contará com cerca de 120 funcionários e concentrará as operações que atualmente ocorrem em cinco centros diferentes, em Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Curitiba.

"Nós vamos centralizar todas as operações do Estado do Paraná em um só lugar... Quanto mais centraliza, mais otimiza os operadores", afirmou.

No caso da geração distribuída, o executivo afirmou que o centro poderá atuar como um tipo de organizador estadual do sistema.

"A ideia é a gente ser... um operador estadual do sistema de geração distribuída, onde eu pudesse otimizar. Se alguém está gerando acima em algum local e em outro está precisando, eu posso remanejar essa energia. Essa é uma grande tendência", disse Guetter.

O executivo pontuou que atualmente as distribuidoras atuam mais de forma reativa a questões de interrupção de energia, buscando resolver problemas depois que eles aconteceram.

Com o novo centro, Guetter acredita ser possível prever problemas de interrupção para evitá-los.

IGP-10 de setembro fica em 1,20% ante alta de 0,51% em agosto, revela FGV

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) avançou 1,20% em setembro, após o aumento de 0,51% registrado em agosto, informou nesta sexta-feira, 14, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado ficou acima do teto das estimativas dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que iam de 0,55% a 1,02%, com mediana calculada em 0,81%.

O IGP-10 acumulou um aumento de 7,89% no ano. A taxa em 12 meses ficou positiva em 9,66%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de setembro, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 1,76% no mês, ante uma elevação de 0,64% em agosto. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram crescimento de 0,08% em setembro, após a alta de 0,14% em agosto. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve aumento de 0,16% em setembro, depois de um avanço de 0,46% em agosto.

O período de coleta de preços para o indicador foi do dia 11 de agosto a 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 30 do mês passado, subiu 0,68%.

IPAs

Os preços agropecuários medidos pelo IPA Agrícola subiram 2,23% no atacado em setembro, após uma alta de 0,42% em agosto. Já os preços dos produtos industriais, mensurados pelo IPA Industrial, tiveram alta de 1,61% este mês, após o avanço de 0,72% no atacado em agosto.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,34% em setembro, ante uma queda de 0,43% em agosto.

Os preços dos bens intermediários tiveram avanço de 1,63% em setembro, após alta de 1,0% no mês anterior. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram alta 3,64%, depois do avanço de 1,51% em agosto.

Após cotação recorde na véspera, dólar segue negociado no patamar de R\$ 4,20

14/09/2018 – Fonte: G1

Na véspera, moeda dos EUA fechou a R\$ 4,1952, maior valor desde o início do Plano Real.

O dólar opera em alta nesta sexta-feira (14), chegando a atingir R\$ 4,21, com a cena eleitoral doméstica mantendo os investidores cautelosos em dia de novas pesquisas eleitorais sobre a corrida presidencial.

Na outra ponta, o cenário externo mais tranquilo e a forte elevação nos últimos dias pode gerar alguma correção, segundo a Reuters. No dia anterior, a moeda fechou na maior cotação desde o início do Plano Real.

Às 10h, a moeda norte-americana subia 0,2%, negociada a R\$ 4,2034 na venda. Na máxima do dia, o dólar chegou a atingir R\$ 4,2103.

Na véspera, o dólar encerrou o dia em alta de 1,11%, a **R\$ 4,1952, novo recorde histórico de fechamento**. Antes disso, a maior cotação havia sido em 21 de janeiro de 2016, quando a moeda chegou a R\$ 4,1631. O maior valor intradia, entretanto, foi o registrado no dia 24 de setembro de 2015, quando o dólar chegou a R\$ 4,2484.

Nas casas de câmbio, o dólar turismo já é negociado acima de R\$ 4,60 no cartão pré-pago, considerando a cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

No acumulado do ano, a moeda dos EUA tem valorização de mais de 26% em relação ao real. No mês de setembro, o avanço é de mais de 3%.

O Banco Central realiza nesta sessão leilão de até 10,9 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para rolagem do vencimento de outubro, no total de US\$ 9,801 bilhões. Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral.

Novo patamar e perspectivas

A recente disparada do dólar acontece em meio a incertezas sobre o cenário eleitoral e também ao cenário externo mais turbulento, o que faz aumentar a procura por proteção em dólar.

Investidores têm comprado dólares em resposta a pesquisas que mostram intenção de voto mais baixa para candidatos considerados mais pró-mercado. Na avaliação do mercado, os candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto são menos comprometidos com determinados modelos de reformas econômicas considerados fundamentais para o ajuste das contas públicas.

Na prática, as flutuações atuais ocorrem principalmente conforme cresce a procura pelo dólar: se os investidores veem um futuro mais incerto ou arriscado, buscam comprar dólares como um investimento considerado seguro. E quanto mais interessados no dólar, mais caro ele fica.

Outro fator que pressiona o câmbio é a elevação das taxas básicas de juros nas economias avançadas como Estados Unidos e União Europeia, o que incentiva a retirada de dólares dos países emergentes. O mercado tem monitorado ainda a guerra comercial entre Estados Unidos e seus parceiros comerciais e a crise em países como Argentina e Turquia.

A visão dos analistas é de que o nervosismo tende a continuar até que se tenha uma maior definição da corrida eleitoral.

A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 ficou estável em R\$ 3,80, segundo último boletim Focus do Banco Central. Para o fechamento de 2019, permaneceu inalterada em R\$ 3,70 por dólar.

Distribuidoras querem ligar Florianópolis ao Rio com pontos de recarga de carros elétricos

14/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Dutra já está abastecida, e projeto prevê a instalação de pontos na BR 101 sentido Norte

Distribuidoras de energia negociam interligar Florianópolis ao Rio de Janeiro com pontos de recarga para veículos elétricos, disse nesta quinta (13) o presidente da Copel, empresa que abastece o Paraná, Antonio Guetter.

A ideia envolve a negociação para a instalação de pontos de recarga no Paraná e no trecho paulista entre a divisa e a capital. A Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio, já está abastecida, e um projeto da distribuidora catarinense Celesc prevê a instalação de pontos na BR 101 sentido Norte.



O carro elétrico da BMW i3 durante abastecimento em São Paulo - Ivan Ribeiro/Folhapress

"Estamos conversando com a Elektro [que opera na região sul de São Paulo] e a Eletropaulo [que atende a região metropolitana] para completar a interligação", disse Guetter em entrevista após evento no Rio.

Os pontos de recarga são instalados em postos de gasolina e recarregam 80% da capacidade da bateria em 25 minutos. Cada um custa cerca de R\$ 150 mil e sua instalação demanda ainda reforço na rede elétrica que atende os postos.

Em parceria com a hidrelétrica Itaipu, a Copel tem um investimento em curso para tornar a BR 277, que liga Paranaguá, no litoral, a Foz do Iguaçu, viável para o tráfego de veículos 100% elétricos, a um investimento de R\$ 2 milhões.

Três pontos de recarga já foram instalados e outros oito estão em processo de instalação, que deve ser concluído em até três meses. Eles ficam a, no máximo, 80 quilômetros de distância um do outro.

Em Santa Catarina, o projeto Eletroposto, da distribuidora local Celesc já instalou pontos de recarga em Florianópolis e Araquari, a 160 quilômetros da capital. O projeto prevê uma terceira estação em Itajaí, no meio do caminho.

Em julho, a EDP (Energias de Portugal) e a BMW inauguraram oito pontos na Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio a São Paulo, ao custo de cerca de R\$ 1 milhão. Seis estão em São Paulo e dois no Rio. A maior distância entre os pontos é de 122 quilômetros.

"Não tenho a menor dúvida que o carro elétrico está chegando. É uma tendência sem volta", disse Guetter. A frota brasileira, porém, ainda é tímida: apenas 0,2% dos automóveis vendidos em 2017 eram híbridos ou 100% elétricos.

CNA critica minuta de resolução da ANTT de multa por descumprimento de tabela

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vai reforçar ao ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, nesta quinta-feira, 13, sua avaliação sobre os reflexos negativos da tabela de frete para a economia. Em ofício a ser entregue ao ministro, a entidade afirma que o "cenário de insegurança jurídica instalado no País pelo tabelamento, agrava-se cada vez mais com a minuta da resolução da Agência de Transportes Terrestres (ANTT) que prevê a fixação de multa por descumprimento da tabela".

A CNA destaca que nesta semana a ANTT publicou os documentos referentes à audiência pública que tem por objetivo discutir medidas para garantir o cumprimento do preço mínimo de frete. Entre elas, a que estabelece a multa de R\$ 5 mil por viagem para os que descumprirem a tabela.

A entidade lembra ainda, no ofício, a fiscalização realizada pela ANTT no feriado de 7 de setembro, que resultou em notificações que permitem aos caminhoneiros a cobrança de indenização aos embarcadores, em valor correspondente ao dobro da diferença entre o valor contratado e o que seria devido.

"Entende-se que, enquanto não for formulada a nova tabela, prevista para janeiro de 2019, o pagamento de multas, sanções e indenizações é ilegal", diz no ofício a CNA, lembrando ainda que a Lei 13.703, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, estabelece que "o processo de fixação dos pisos mínimos deverá ser técnico, ter ampla publicidade e contar com a participação dos representantes dos embarcadores, dos contratantes dos fretes, das cooperativas de

transporte de cargas, dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas”.

A entidade ainda reclama, mais uma vez, que a tabela vigente desde 30 de maio, foi formulada sem interação dos atores envolvidos no transporte rodoviário de cargas.

“Ademais, desconsidera fatores como o tipo e quantidade de carga, o modelo de veículo, a distância percorrida, o tempo de transporte, as condições da estrada, a sazonalidade da demanda, as peculiaridades regionais dos municípios que abrangem as vias da origem até o destino, a possibilidade de frete retorno, a interação com outros modos de transportes, a forma de contratação, o prazo de entrega, o pagamento de pedágio, entre outros.”

Segundo a CNA, essa prática resulta em fretes superiores a 57% (quando há previsão de retorno do caminhão com carga) ou 203% (retorno do caminhão vazio) do que era praticado no livre mercado, dependendo das distâncias percorridas.

“A CNA reforça que os danos causados ao setor agropecuária, pelo cumprimento de tabela, que será substituída no início de 2019, em razão das inconsistências apresentadas, estão tomando proporções irreparáveis em sentido econômico e social.

Também considera inadequada a solução proposta (tabelamento obrigatório de fretes), uma vez que ao invés de resolver um problema crônico no transporte de cargas no país, cria distorções, sem resultar em solução definitiva ao problema de custos enfrentados pelos caminhoneiros”, diz o ofício.

Ao final, a entidade se coloca à disposição para discutir o tema e ajudar na busca de ações que aperfeiçoem a logística do País, garantindo a remuneração adequada aos transportadores de carga, sem onerar o produtor e a sociedade.

Nenhuma atividade recuperou nível pré-greve de caminhoneiros, diz IBGE

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

A greve dos caminhoneiros deixou marcas nas vendas do varejo até julho. Segundo a gerente da Coordenação de Comércio e Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Isabella Nunes, nenhuma das atividades do varejo investigadas na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) recuperou o nível de abril, após a paralisação das estradas no fim de maio.

Mais cedo, o IBGE informou que as vendas do varejo restrito caíram 0,5% em julho ante junho. Foi o terceiro mês seguido de quedas. No período, a perda acumulada, na média, foi de 2,3%.

“Se comparar julho com abril nada se recupera”, afirmou Isabella. Para a pesquisadora, a greve de maio foi um “evento que impactou”. Além disso, em junho houve impactos indiretos da greve, que desgastou a confiança dos consumidores, trazendo “cautela e conservadorismo nos gastos das famílias”.

Nas contas do IBGE, as vendas do varejo restrito acumularam de janeiro a abril uma alta 3,3% ante igual período de 2017. Após a greve, o acumulado de janeiro a julho tem alta de 2,3% ante os sete primeiros meses do ano passado.

No varejo ampliado, a alta passou de 7,3%, antes da greve, para 5,4%. O destaque foi as vendas de veículos, que passaram de uma alta de 22,2% no acumulado de janeiro a abril para avanço de 16,5% no acumulado de janeiro a julho.

Artigo: "A multa aos caminhoneiros"

14/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-09-2018)

STF decidirá se longa tradição de anistias, perdões e indultos deve continuar, ou se os responsáveis devem pagar integralmente por seus atos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes tem diante de si uma decisão que pode representar a continuação de uma longa tradição de impunidade no Brasil ou o início de um novo modo de proceder, em que a lei é efetivamente respeitada e aqueles que a violam efetivamente pagam por seus atos.

Trata-se da questão das multas aplicadas a caminhoneiros e empresas de transporte por descumprimento de decisões judiciais que ordenavam a liberação de estradas bloqueadas durante a greve de maio deste ano. No total, foram 200 empresas multadas, e 150 recorreram à Justiça contra a punição. O valor total das multas chega a R\$ 700 milhões.

Naquela greve, é preciso lembrar, os caminhoneiros colocaram o país de joelhos em nome de demandas puramente corporativistas. Houve desabastecimento de alimentos e combustíveis, ambos itens de primeira necessidade, e praticamente todo o setor produtivo foi afetado.

O movimento foi tão bem-sucedido em seu esforço de propaganda que, apesar dos transtornos criados para toda a população, inclusive com a grave violação do direito de ir e vir, conquistou o seu apoio. Os brasileiros sonharam com o início de uma revolta generalizada contra os impostos, mas acordaram com reduções voluntaristas nos preços do diesel e um tabelamento dos preços do frete que terá consequências inflacionárias.

Os caminhoneiros colocaram o país de joelhos em nome de demandas puramente corporativistas

Enquanto analisava a Medida Provisória 832, que dava à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a possibilidade de publicar tabelas com valores mínimos para o frete, o Congresso Nacional incluiu no texto uma anistia completa às multas aplicadas durante o período de greve.

Em 9 de agosto, o presidente Michel Temer sancionou a lei, mas vetou a anistia, mantendo as punições pecuniárias. Em 20 de agosto, Alexandre de Moraes realizou audiência de conciliação no STF e ouviu representantes do setor de transporte. As empresas alegaram que não participaram dos bloqueios, jogando toda a responsabilidade sobre os caminhoneiros autônomos.

Na própria audiência, o relator já tinha deixado claro que era contrário a uma anistia total, mas que poderia analisar casos específicos em que as empresas tivessem como comprovar o fato de terem sido vítimas, e não organizadoras, dos bloqueios.

No último dia 10, a advogada-geral da União, Grace Mendonça, enviou manifestação ao Supremo defendendo a manutenção das multas às empresas "que não consigam apresentar elementos de informação conclusivos que evidenciem justa causa para descumprimento da decisão cautelar"; já a responsabilidade de algumas empresas poderia ser excluída ou amenizada no caso de "circunstâncias específicas" comprovadas, uma posição que parece bastante razoável.

Há um aspecto da negociação, no entanto, que merece observação atenta. Em troca do cancelamento das multas, ou de sua redução (a proposta baixaria o valor de R\$ 100 mil por hora para R\$ 10 mil por dia de descumprimento de decisão judicial), as empresas oferecem a garantia de que não fomentariam ou incentivariam novas greves

de caminhoneiros. Uma oferta curiosa, porque, para início de conversa, a legislação proíbe os locautes (paralisações organizadas pelos empregadores, não pelos empregados).

E, ainda que fosse impossível vincular formalmente as empresas a uma nova paralisação, ela continuaria sendo ilegal devido a seu caráter de violação de direitos básicos do cidadão. Em outras palavras: em troca de uma punição mais branda por ter desobedecido a Justiça no passado, as empresas prometem não colaborar com novos desrespeitos à lei no futuro. Como esperar que esse tipo de oferta seja levado a sério numa negociação com a própria Justiça?

Anistias a líderes de motins de policiais e bombeiros, perdão de dívidas tributárias, indultos os mais diversos: principalmente pela caneta do Legislativo ou do Executivo, criou-se no Brasil uma tradição pela qual são poucos os que arcam integralmente com as consequências de suas ações.

A certeza do abrandamento ou até do cancelamento da punição é um poderoso incentivo a novas transgressões, e por isso a importância da decisão de Alexandre de Moraes transcende os valores cobrados: trata-se de virar o jogo e dar início a uma cultura em que a lei e a Justiça são levadas a sério."

BNDES quer incentivar inovação na cadeia de petróleo

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-09-2018)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sinalizou nesta quinta-feira, 13, para o mercado de petróleo e gás que terá mecanismos para incentivar projetos com componentes relevantes de inovação e sustentabilidade no setor.

De acordo com a chefe do departamento de bens de capital, indústria e serviços do banco, Ana Cristina Rodrigues da Costa, que participou de seminário sobre conteúdo local no Rio, o banco estuda novas políticas de tramitação para vários setores, inclusive petróleo, que devem ser anunciadas após as eleições.

Segundo ela, um estudo realizado pelo BNDES e que deve ser publicado nos próximos dias mostrou que a cadeia de petróleo e gás figura entre as que geram maior "transbordamento", ou seja, impactos positivos de novas aplicações tecnológicas para outros segmentos, ao lado das indústrias de defesa e de equipamentos médicos.

"Na cadeia de fornecimento, onde queremos trabalhar fortemente com vocês é justamente em projetos de inovação e sustentabilidade, até porque temos uma visão de trabalhar pelo transbordamento dessa capacidade inovadora", disse.

Nas contas apresentadas pela chefe do departamento do BNDES, o setor deve receber cerca de R\$ 290 bilhões entre 2018 e 2021, 55% dos R\$ 518 bilhões estimados para o conjunto da indústria no período. O mercado para essa cadeia depende menos de compras públicas do que outros dois setores com transbordamento semelhante. Por isso, tende a receber mais recursos, já que suas vendas para o setor privado não são impactadas pela situação fiscal dos governos.

"Em defesa e equipamentos médicos, o 'driver' são as compras públicas. Então, não estão ainda no melhor momento", disse.

O foco em P&D também foi ressaltado pelo secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, José Vicente Carvalho. Segundo ele, o setor precisa estar atento para as tendências da indústria 4.0.

Carvalho e a gerente de petróleo, gás e naval da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Karine Fragoso, concordaram que a indústria do setor não é rápida para acessar novas tecnologias.

“Políticas de conteúdo local precisam conseguir vislumbrar o que está vindo por aí (em termos de tecnologias e novas energias) para não correr o risco de atrapalhar o desenvolvimento de novas tecnologias”, disse o secretário.

Petrobras eleva preço da gasolina a novo recorde nesta sexta (14)

14/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-09-2018)

Em setembro, o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumula alta de 5,32%

Petrobras subirá o preço da gasolina novamente nesta sexta (14). A alta, de 1%, levará o preço do combustível em suas refinarias para R\$ 2,2514, novo recorde desde o início dos reajustes diários, em julho de 2017.

Em setembro, o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumula alta de 5,32%. Desde o início de 2018, o aumento é de 32,9%.



Preços dos combustíveis em posto em Higienópolis, zona oeste de São Paulo, nesta quinta-feira - Nelson Antoine/Folhapress

Nesta quinta (13), a companhia já havia promovido alta, também de 1%, após passar uma semana sem mexer nos preços. Os aumentos refletem a elevação das cotações internacionais e a desvalorização cambial.

A alta nas refinarias vem pressionando os preços nas bombas, que subiram em média 1,77% na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), para R\$ 4,525 por litro.

Em São Paulo e em pelo menos outros 12 estados já é possível encontrar gasolina acima de R\$ 5 por litro.

A expectativa do mercado é que a tendência de alta se mantenha, já que as cotações internacionais estão pressionadas pela chegada do furacão Florence aos Estados Unidos e o câmbio tem oscilado de acordo com o cenário eleitoral.

Na quarta (11), o petróleo Brent, negociado em Londres fechou em alta de 0,88%, a US\$ 79,79 (cerca de R\$ 335, na cotação atual). Durante o pregão chegou a superar a marca simbólica dos US\$ 80.

Na quinta (6), a Petrobras anunciou uma mudança em sua política de preços, incluindo a permissão para segurar reajustes por até 15 dias em caso de pressão altista provocada por fatores externos, como desastres naturais ou desvalorização cambial acentuada.

Nos períodos de represamento, a estatal diz que evitará prejuízos por meio de um mecanismo de proteção financeira, conhecido como hedge, que prevê a negociação de contratos futuros de gasolina e dólar.

Por uma semana, até esta quarta, manteve o preço em suas refinarias em R\$ 2,2069 por litro. A companhia não informou, porém, se estava usando o mecanismo de proteção.

Etanol amplia vantagem sobre a gasolina neste mês

14/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

No momento em que o preço da gasolina atinge níveis recordes, o consumidor brasileiro está recorrendo mais ao etanol para abastecer o carro. Em setembro, a diferença de preço entre os dois combustíveis alcançou o maior patamar de 2018, de R\$ 1,83 por litro, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A expectativa é de que o cenário permaneça assim até novembro, quando começa o período de entressafra da cana-de-açúcar, insumo do etanol, no Centro-Sul, principal região produtora.

Na primeira semana do mês, a coleta de preços da ANP demonstrou que um litro de álcool custa 59% do da gasolina, na média do Brasil. Para o consumidor, vale à pena optar pelo etanol se ele custar até 70% do valor da gasolina, que tem mais poder calorífico e, por isso, melhor rendimento.

Essa conta ficou especialmente favorável ao álcool neste mês porque a oferta do produto cresceu e a gasolina vendida nas refinarias da Petrobrás ficou ainda mais cara. Com uma política de paridade com o mercado internacional, a estatal tem reajustado sucessivamente a tabela para acompanhar as oscilações externas e também a valorização do dólar frente ao real.

Na quinta-feira, 13, a Petrobrás anunciou um novo aumento de 1% no preço médio do litro da gasolina nas refinarias, para R\$ 2,25. O reajuste, que entra em vigor nesta sexta-feira, 14, representa nova máxima histórica desde fevereiro, quando a estatal passou a divulgar o preço médio diariamente.

O litro do álcool está custando, em média, R\$ 2,69 no País, enquanto o da gasolina sai por R\$ 4,52. Em São Paulo, o biocombustível está mais barato, R\$ 2,48. "Esse é um bom momento para o consumidor aproveitar.

É um período de alta da colheita da cana. Mas em novembro e dezembro começa a chover e os produtores vão recuperar seus preços", afirmou o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE) Edmar Almeida. De janeiro a julho, a produção de etanol no Brasil chegou a 9,7 bilhões de litros, 40,5% mais do que no mesmo período do ano passado, de acordo com a ANP.

Almeida avalia, no entanto, que a concorrência com o etanol não fará com que a Petrobrás reduza a gasolina, porque a empresa mantém firme a proposta de acompanhar as oscilações externas da commodity. Além disso, com as eleições, a expectativa é de elevação do dólar, que tem impacto direto nos preços.

Em um posto na região central de São Paulo, a gasolina já era vendida a mais de R\$ 5 na tarde de quinta. O etanol, que há alguns dias custava cerca de R\$ 2,50, segundo os clientes, estava sendo vendido por quase R\$ 2,70 o litro.

No bolso

“Sinto que os preços aumentaram muito, principalmente aqui na região central. Eu gastava, em média, R\$ 650 por mês no começo do ano para abastecer com gasolina, mas agora pago R\$ 800”, diz o motorista Saulo de Jesus, de 54 anos, que trabalha com um veículo que não é flex.

Segundo gerentes de postos ouvidos pelo **Estado**, os combustíveis têm sido vendidos aos postos desde o começo desta semana 10% mais caros. Alguns deles optaram por fazer reajustes menores, sacrificando a margem de lucro, para não perder clientes.

O presidente do Sindicato Comércio Varejista Derivados Petróleo do Estado São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia, diz que há postos em São Paulo em que metade do seu volume de vendas já é de etanol – a divisão costuma ser de 60% para gasolina e 40% para etanol. “A demanda aumentou a partir de junho, logo depois da greve dos caminhoneiros.”

Keko Acessórios pede recuperação judicial

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)

A Keko, fornecedora de acessórios para veículos, informa que ingressou com um pedido de recuperação judicial, o qual foi protocolado no último dia 6 de setembro no Fórum de Flores da Cunha (RS), cidade sede da companhia.

Em nota divulgada à imprensa na quinta-feira, 13, a empresa afirma que a instabilidade econômica dos últimos quatro anos e a forte retração do mercado automotivo impactaram os negócios de forma profunda, o que afetou sua saúde financeira.

“A medida judicial se faz necessária para reorganizar a empresa, dar sustentabilidade e viabilidade ao negócio e preservar o quadro funcional, hoje com 420 empregados diretos”, afirma em nota.

Inúmeras alternativas de renegociações foram propostas pela Keko aos bancos com os quais financiou grande parte de seu investimento para a nova fábrica em Flores da Cunha, a fim de sanar o seu passivo a curto prazo. Segundo a empresa, essas dívidas estavam inviabilizando a gestão adequada do caixa e o cumprimento das obrigações com os demais credores.

Contudo, a fabricante de acessórios informa que apesar do endividamento, mantém a operação estável e que está preparada para crescer. Seu faturamento está estabilizado desde 2015.

A Keko acrescenta que a carteira de pedidos está em crescimento e lembra que além de atender o aftermarket, é fornecedora homologada de doze montadoras e também serve ao mercado de exportações com embarques para 42 países.

“A empresa acredita que a recuperação judicial permitirá focar na melhoria da sua capacidade de fornecimento e na manutenção da perspectiva de crescimento sustentável para os próximos anos, confiante na sua capacidade de inovação e na retomada do mercado automotivo e da economia brasileira”, acrescenta a nota.

“A recuperação judicial preservará de maneira ainda mais duradoura e sustentável a relação com seus profissionais, fornecedores e clientes.”

Toyota antecipará início de terceiro turno em fábrica de Sorocaba

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)



Produção do Yaris, que era prevista para começar em 1º de novembro inicia em 22 de outubro

O **terceiro turno** de trabalho na **fábrica** da **Toyota** em Sorocaba (SP), que estava previsto para iniciar em 1º de novembro será antecipado. Informações do sindicato dos metalúrgicos da região confirmam que a unidade abrirá o novo horário em 22 de outubro, com aproximadamente 740 funcionários, a maior parte já contratada pela fabricante.

Os últimos cem já foram selecionados e devem dar entrada na empresa ainda neste mês. A mudança de data foi aprovada pelos trabalhadores da empresa em assembleia.

“Para não começar em novembro já nessa operação, queremos iniciar um pouco antes para termos tempo hábil de realizar qualquer interferência ou ajuste”, explica o chefe do departamento de recursos humanos da montadora, Manoel Moreira Ferreira Junior, em nota divulgada pelo sindicato.

O novo turno foi criado para viabilizar a produção do modelo Yaris na planta do interior paulista, **medida confirmada pela Toyota em maio**, e que vinha sendo estudada pela empresa **desde janeiro**.

Os termos do acordo para a criação do terceiro turno foram negociados entre a Toyota e o sindicato dos metalúrgicos e aprovados pelos trabalhadores em assembleia realizada em fevereiro deste ano.

Além da criação de 740 novos postos de trabalho, 320 funcionários que estavam trabalhando sob regime de contrato por prazo determinado foram efetivados.

“Como para criação do novo turno foi necessária a aprovação dos trabalhadores, nos reunimos com a empresa e decidimos colocar em votação também a antecipação o início da produção”, explica o membro do Comitê Sindical na Toyota (CSE), Carlos Alberto Rodrigues da Silva.

Segundo o sindicato, durante a assembleia também foram informadas aos trabalhadores o andamento da campanha salarial deste ano.

Na data-base anterior, sindicato e montadora assinaram uma convenção coletiva de trabalho por dois anos, inclusive com a cláusula da salvaguarda, que inibe a aplicação da reforma trabalhista.

“Neste ano, as negociações serão focadas nas cláusulas econômicas, mas sempre é importante fazermos a reflexão dos impactos que a reforma trabalhista e, mais recentemente, a autorização da terceirização irrestrita terão na vida da classe trabalhadora”, comentou o presidente do SMetal, Leandro Soares.

"A ZF mudou nos últimos 5 anos. Nos abrimos para as oportunidades"

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)



Wilson Bricio, CEO da ZF no Brasil, fala sobre os 60 anos da companhia no Brasil e da busca da empresa por se reinventar e permanecer relevante

A alemã ZF é uma das grandes fornecedoras da indústria automotiva no mundo e carrega os louros e o peso que um título como este traz. Com o setor em processo de transformação, a companhia promove revolução interna para não se perder pelo caminho, com investimento em novas tecnologias e modelos de negócio capazes de garantir relevância para o futuro, ainda que o contexto mude.

A empresa entra de cabeça na revolução digital e quer ficar cada vez mais distante da fama de fornecedora de simples partes mecânicas para entregar inteligência e eficiência para a indústria e os consumidores.

No Brasil, quem lidera este esforço é Wilson Bricio, CEO da ZF para a região e também da TRW, que foi comprada pelo grupo alemão em 2015. "Estamos adequando a organização as necessidades e demandas do mercado e isso acontece no Brasil também", diz.

Na companhia desde 2001, ele chegou aos 60 anos em 2018, justamente quando a operação local da organização também completa seis décadas de história. A ZF Brasil foi a primeira filial internacional do grupo, com início da construção da fábrica em 1958 para, no ano seguinte, começar a produzir transmissões localmente.

Atuar no país se tornou um teste importante da vocação internacional da empresa. "O ambiente volátil foi um grande ensinamento. Aqui há necessidade de ter percepção contínua do que está acontecendo no mercado e muita flexibilidade", avalia Bricio. O contexto instável talvez seja uma das características que menos mudaram ao longo dos últimos 60 anos.

"Já chegamos a representar mais de 10% dos negócios mundiais da ZF. Hoje esse percentual caiu para em torno de 3%. Estamos com praticamente metade do volume que registramos no passado. A questão é que investimos para ter o dobro disso."

Na entrevista a seguir ele faz o balanço dos 60 anos da companhia, fala dos desafios para que o Brasil se recupere, analisa o Rota 2030, as tendências e tecnologias globais e ainda reflete sobre seu papel como líder em todo o processo.

Como foi o primeiro semestre para a ZF globalmente?

Foi um primeiro semestre de mudanças organizacionais, o nosso novo CEO, Wolf-Henning Scheider, assumiu e fizemos uma revisão da estratégia para o futuro. O mais importante é que seguimos com a meta reduzir a zero o número de acidentes, as emissões dos carros e com o plano de avançar na automação e na eletrificação.

Em termos de performance, o nosso volume aumentou, porém nós precisamos fazer maiores investimentos na área de desenvolvimento de produtos em função justamente dessas novas tecnologias. Também há um certo aperto em margens. Temos que competir de uma forma mais acirrada.

Como está a participação do Brasil nesse resultado?

O Brasil já chegou a representar mais de 10% dos nossos negócios mundiais. Hoje esse percentual caiu para em torno de 3%. Estamos com praticamente metade do volume que registramos no passado.

A questão é que investimos para ter o dobro disso. Nos últimos anos compramos a TRW, que era uma empresa do tamanho da ZF aqui no Brasil, e atualmente as duas companhias juntas têm o faturamento que a ZF registrava sozinha em 2013. É uma redução importante de mercado aliada ao grande crescimento que vemos na China, à recuperação dos Estados Unidos e à estabilidade do mercado europeu.

Como a demanda está evoluindo no Brasil? A recuperação se traduz em volta dos volumes para a ZF?

Houve melhora considerável, não há dúvidas sobre isso. Na área de veículos de passeio há uma combinação de melhoria dos volumes e aumento da nossa participação em determinadas linhas de produto. Neste segmento, lançamos a nossa direção elétrica, a primeira do Brasil, e estamos alcançando ótimos resultados. Quando falamos de veículos comerciais, a recuperação também nos impacta de forma interessante. Na área de agrícola estamos mantendo patamar muito bom. Em resumo, este ano tem sido de melhoria, mas é uma melhoria relativa.

Ainda temos áreas em que estamos com 50% de ociosidade, enquanto outras têm 70% de ocupação.

A ZF trabalha em quantos turnos?

Tem algumas áreas que trabalhamos em três turnos, mas aqui em Sorocaba a maioria está voltando a dois turnos. É uma evolução considerável. Na época da crise chegamos a ter apenas 0,8 turno.

As exportações de veículos do Brasil começam a desacelerar depois de um começo de ano aquecido. Vocês já sentem este movimento? Qual é a expectativa para o ano?

Na área de veículos de passeio vemos alguns clientes planejarem redução nos turnos de produção nos próximos meses, mas ainda em patamar interessante para nós. Em exportações, tivemos crescimento grande, que agora começa a se estabilizar em patamar elevado. Porém ainda há mercados para explorar.

Vocês exportam diretamente?

Pouca coisa. Exportamos para a Argentina, mas direto para o cliente final. Também produzimos para alguma fabricas nossas em outros países. Hoje a exportação gira em torno de 5%. Nosso foco realmente é o mercado brasileiro, argentino e sul-americano.

Você está na ZF há 17 anos. Quais mudanças percebe na companhia neste período?

A ZF sempre foi uma empresa de muita tecnologia, voltada ao desenvolvimento de produtos e soluções. É algo que precisamos sempre olhar com muito cuidado, garantir que o mercado veja valor nisso.

Uma das grandes mudanças dos últimos anos foi colocar o cliente na frente da tecnologia. As soluções estão aqui para servir o cliente, não o inverso.

Trabalhamos também a liderança, treinando justamente para essa volatilidade que temos no mercado. Também trouxemos muita tecnologia para atender a estas novas demandas do mercado.

A operação brasileira foi a primeira da ZF fora da Alemanha. O que o trabalho local ensinou para a organização globalmente?

Certamente viver no ambiente volátil do Brasil foi um grande ensinamento. Aqui há necessidade de ter percepção contínua sobre o que está acontecendo no mercado e muita flexibilidade. Esta capacidade de se adaptar só vem acompanhada de criatividade para encontrar soluções. Hoje encontramos em todas as divisões da companhia pessoas que foram treinadas ou tiveram uma vivência aqui e conquistaram posições globais. É uma contribuição importante do Brasil: formar profissionais que estejam preparados para enfrentar instabilidades, que sejam flexíveis.

Globalmente a ZF trabalha com uma nova abordagem. Que espaço vocês querem ocupar neste momento de transformação do setor automotivo?

Nosso esforço para posicionar a ZF tecnologicamente de forma correta nesse novo mundo da mobilidade. Ainda estamos tentando entender como será este cenário, mas já temos algumas certezas: os veículos serão elétricos, com muita tecnologia de condução autônoma. Queremos ser líderes de mercado neste novo contexto, com competitividade para oferecer soluções avançadas que estejam ao alcance do bolso do consumidor. Garantir segurança e reduzir as emissões são as maiores preocupações.

O lucro e os investimentos antes destinados à indústria automotiva estão mudando de mãos, indo para empresas de tecnologia e mobilidade. Qual é o plano da ZF para se posicionar neste ambiente?

Criar valor e apostar em novas soluções tecnológicas e modelos de negócio. Nós estamos trabalhando para entender quais modelos de negócios surgirão com a mobilidade no futuro. As grandes corporações automotivas deverão oferecer serviços, com foco em veículos elétricos e autônomos. Ninguém sabe como esta mudança vai terminar.

O que percebemos é que a mobilidade deve se tornar uma questão mais pública, com menos posse do veículo e mais uso compartilhado.

A ZF criou uma divisão para tratar da eletrificação. Também fundamos uma empresa, a Zukunft Ventures, que comprou participação em uma série de startups na área de inteligência artificial, sensores, software. Temos parceria inclusive com outras grandes companhias, como a chinesa Baidu. A ideia é trabalhar de forma colaborativa.

Qual é o principal desafio tecnológico da ZF neste cenário?

A ZF tem a vantagem de ter hoje três linhas importantes de desenvolvimento para o veículo: see, think and act (do inglês ver, pensar e agir).

Sempre trabalhamos muito bem o "act", que é garantir que o carro tenha os sistemas mecânicos. Com a aquisição da TRW, ganhamos muita tecnologia na área do "see", que são os radares capazes de fazer o sensoriamento em volta do veículo.

O "think" é a grande batalha, é a área da inteligência artificial, onde a ZF tem investido bastante. Não estamos mais buscando apenas desenvolvimento interno, mas também parcerias externas para chegar às soluções mais rápido. O próximo passo é desenvolver o ecossistema de serviços e negócios ligados ao carro. Recentemente anunciamos o Car eWallet, que facilitará transações financeiras automatizadas. Enfim, há uma série de desdobramentos e a ZF está atuando em cada um deles.

Você concorda que esta é uma mudança de paradigma para a indústria automotiva, que sempre fez desenvolvimentos fechados, em segredo?

Sim. A questão é que esta transformação precisa acontecer muito rápido. É essencial estar antenado e trabalhar com o espírito de startup.

Tem uma mística de que só aquele cara do Vale do Silício pode ter essa abordagem, mas nós temos uma força de trabalho jovem e antenada, que quer cada vez mais criar novas soluções em um ambiente flexível e colaborativo.

A ZF de hoje é muito diferente da empresa cinco anos atrás. Estamos nos abrindo para as oportunidades.

Como isso se traduz aqui para o Brasil? De que forma vocês conseguem arejar a companhia aqui?

O nosso primeiro grande passo foi usar melhor a colaboração entre a empresa e as universidades e instituições de pesquisa. Nós já fizemos vários trabalhos com o ITA e estamos muito próximos da Facens, Faculdade de Engenharia de Sorocaba.

Estas colaborações nos ajudam a trazer essa mentalidade jovem, com vontade de aprender, para dentro da ZF. Também atuamos em parceria com o Insper.

Na via contrária, temos colaborado com algumas instituições porque entendemos que o aprendizado de engenharia precisa mudar. Ninguém mais quer o conhecimento enlatado, que você recebe na universidade e pode exercer a profissão.

Hoje o conhecimento tem começo, mas não tem fim. A academia precisa se tornar mais próxima da realidade, do dia a dia.

Grandes empresas, como as automotivas, tendem a ficar mais lentas e burocráticas. Como é para a ZF buscar uma abordagem ágil?

Percebo que nós, como brasileiros, já temos um pouco disso. É aquela flexibilidade que sempre exercemos em função da volatilidade do mercado. Vejo que aqui a empresa já é mais aberta e colaborativa.

A questão é que agora essa postura tem mais impulso porque há condições no mercado. Coisas que parecem distante do Brasil, como o crescimento do uso de carros elétricos, vão começar a acontecer muito rápido. Se ficarmos céticos, achando que não vai dar certo, corremos um risco sério de ficar para trás.

A nossa indústria vai sofrer um desafio muito grande e o nosso papel também é incentivar os nossos fornecedores e outros parceiros a enxergar o que isso significa. Já temos projetos de eletrificação para o Brasil.

Queremos trazer powertrain elétrico, mas estamos buscando parcerias para isso. Acredito que isso vai acontecer mais rápido do que a gente imagina.

Entre estas novas tecnologias para o setor automotivo, quais têm potencial de chegar mais rápido no Brasil?

A eletrificação é uma delas, mas não para todos os segmentos. Tem mais potencial para o transporte em grandes cidades, de passageiros ou de mercadorias. Os sistemas de apoio à condução também vão crescer rápido no Brasil, como dispositivos para evitar choques, atropelamentos. A condução autônoma, no primeiro momento, vai ser um pouco mais difícil para o Brasil por causa da infraestrutura no Brasil. Ainda temos um dever de casa para fazer nesse ponto.

Você entende que a decisão de reduzir o IPI para carros elétricos e híbridos é um estímulo efetivo?

Ainda estamos brigando muito por incentivos pontuais, algo que se aplicava em uma economia fechada. Globalmente isso não se justifica. O incentivo pontual tem efeito de curto prazo, não vai resolver o problema no Brasil. Precisamos encarar de frente a questão da falta de competitividade brasileira.

Isso envolve também o Rota 2030, novo conjunto de regras para o setor automotivo aprovado pelo governo?

É indiscutível que programa apresenta preocupação com áreas importantes, como segurança e eficiência energética. A questão é que passamos meses debatendo, com uma série de recursos envolvidos, para chegar a uma legislação que, no melhor cenário, oferece desconto de dois pontos porcentuais de IPI para as montadoras (somente para aquelas que superarem as metas de eficiência energética).

É uma abordagem fora de contexto para uma economia global. A preocupação deveria ser criar fórmulas para inserir o Brasil em cadeias produtivas mundiais, garantir insumos, como o aço, a preços competitivos, desonerar a mão de obra e garantir maior produtividade, reduzir e simplificar os tributos. Se tudo isso for encarado de frente, ninguém precisará de dois pontos de desconto no IPI.

Diante disso, você acha que o programa terá impacto para a indústria brasileira?

É difícil falar agora, precisamos ver as coisas andarem antes. De qualquer forma, entendo que não resolve o problema, mas poderá incentivar algumas coisas.

Qual é a sua expectativa para o médio e longo prazo no Brasil, pensando que temos eleição presidencial neste ano?

Entendo que não podemos nos render ao pessimismo. É preciso lembrar que, mesmo depois de todas as dificuldades que passamos nos últimos anos, ainda estamos de pé. Seguimos com áreas pujantes, como a agricultura, que se esforça para estar à frente em tecnologia, instituições de ensino inovando e um interesse muito grande da iniciativa privada honesta do Brasil de buscar a solução, de trabalhar. As pessoas aqui têm uma garra e uma vontade de melhorar que não é comum em outros países.

Em cenário de transformação tão intensa, estar à frente de uma empresa automotiva é um desafio grande. Como é ser um líder nessa indústria hoje?

A liderança precisa ser *hands on*, estar junto, ser participativa e próxima das pessoas. Não dá para ter um objetivo próprio, precisa ser um objetivo comum, disseminado, que envolva os colaboradores. Se eles não estiverem convencidos, não conseguirão

fazer o que precisa. Buscamos criar um ambiente em que nossos colaboradores possam se expressar, dizer o que pensam.

Liderar hoje é se adaptar às novas necessidades, estar sempre sentindo o pulso, ouvir muito. É um trabalho complexo, em que você investe muito sem ter a certeza do sucesso, que só vem com o tempo.

Aqui na ZF temos há anos a preocupação e formar uma nova liderança. Contamos com duas academias internamente, uma operacional, em que trabalhamos a questão de como atuar na fábrica, na operação, e outra focada em gestão. Um ponto importante para nós é fazer uma mistura das gerações.

Todas as idades têm uma contribuição a dar, mas existe a geração do futuro e nós, a geração do passado. Precisamos oferecer a plataforma para que os mais jovens se desenvolvam como pessoas e profissionais e construam as coisas daqui para frente.

Como estão os investimentos da ZF? Há aportes em curso?

Nós diminuimos consideravelmente nos últimos anos, mas não paramos de investir. Estamos fazendo aportes na área de veículos de passeio, na produção de direções elétricas, de produtos no segmento de freios.

Também temos um grande plano para trazer novas tecnologias de transmissões para veículos comerciais, com a localização da produção da TraXon. Também lançamos uma linha de eixos para a área agrícola de alta performance. O Brasil é hoje o centro de engenharia global para eixos agrícolas do Grupo ZF. Esta é uma posição importante para a nossa operação.

Pensando no futuro, qual posição você espera que a operação brasileira tenha para a ZF?

Há áreas em que podemos nos desenvolver muito, como a de energias alternativas. No passado o Brasil já teve participação importante no mercado de ônibus. Quando entram países como China e Índia os nossos volumes ficam pequenos.

Por isso, nosso esforço aqui é por sermos rápidos, ágeis, trazer soluções, buscar modelos de negócio, testar. Este é o legado que eu gostaria de deixar: essa garra por fazer melhor para, quem sabe, sermos a maior operação da companhia um dia. Porque só ser o maior mercado não nos dá garantia de futuro.

Faurecia prevê vendas 10% maiores com Rota 2030

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)

Embora a regulamentação do **Rota 2030** ainda esteja nas mãos do Senado e da Câmara para análise e aprovação (leia **aqui** aqui), a nova política industrial já faz parte do planejamento e das expectativas das empresas da cadeia automotiva.

A premissa de que exigirá um importante grau de eficiência energética em troca de crédito tributários, como foi no Inovar-Auto, pode aumentar significativamente os negócios de companhias dedicadas a componentes para este fim.

É o caso da **Faurecia**, que está ampliando sua atuação e também o portfólio para atender a nova demanda de um mercado mais uma vez em transição, para carros ainda mais eficientes.



“O Rota 2030 é uma oportunidade, porque uma das exigências é que o carro tem que ser mais eficiente. Os investimentos em tecnologia para o desenvolvimento de autopeças já se adequam à essas exigências, que devem contribuir para um aumento de aproximadamente 10% nas vendas após 2022”, projeta o diretor geral da Faurecia para o Mercosul, Abdo Kassisse.

A projeção positiva se refere aos negócios de uma das três divisões que a companhia mantém no Brasil, a de tecnologias para o controle de emissões para veículos leves e pesados, agora denominada internamente como Clean Mobility e que tem na carteira clientes como Volkswagen, Hyundai, Toyota, GM, Ford, FCA (Fiat, Jeep), Volvo, MAN entre outros. Segundo ele, este aumento está intimamente ligado à tendência de crescimento do mercado de veículos impulsionada pela melhora da economia como um todo projetada para os próximos cinco anos.

Para isso, a divisão vem preparando uma nova linha de produtos que converge com os projetos de suas clientes no Brasil. Kassisse conta que o complexo industrial de Limeira, no interior paulista, trabalha a todo vapor para desenvolver e equipar, por exemplo, a nova plataforma modular global GEM, **que vai servir de base para a renovação da linha de modelos da GM**, dedicada a países emergentes e com o primeiro lançamento previsto para outubro de 2019. O primeiro modelo será fabricado em Gravataí (RS), conforme já anunciado pela montadora.

“Estamos com 100% do Clean Mobility nesta plataforma, tanto com os produtos para qualidade do ar quanto para qualidade acústica”, afirma o executivo.

Além de Limeira, onde também está localizado o centro de P&D, a divisão possui mais duas plantas produtivas no País: a de Sorocaba (SP), que atende a Toyota, e a de Piracicaba, também no interior de São Paulo que fornece para a Hyundai. Somam-se a elas outras duas na Argentina, de Córdoba e Lanus.

A empresa também ganhou o fornecimento de produtos Clean Mobility para a nova Nissan Frontier, **que já é fabricada na Argentina (Córdoba)**, na planta da Renault, onde também serão montadas as novas Alaskan e a Mercedes-Benz Classe X, que também terão produtos Faurecia. Também entram na lista o novo VW T-Cross e a nova geração da Sprinter em 2019.

Outro bom motivo que a Faurecia também comemora é a oportunidade que vai surgir com o próximo ciclo tecnológico a partir dos incentivos para carros híbridos e elétricos, que ganharam redução no IPI. Kassisse reforça que a empresa está preparada para atender também a esses projetos, com tecnologias já existentes em mercados mais maduros, como Europa e Ásia. No entanto, para o Brasil, tudo dependerá de escala.

Contudo, Kassisse comemora ainda o fato de o Rota 2030 incluir de forma mais contundente a cadeia de autopeças quando o assunto é incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento.

“Muito será necessário para trazermos as novas tecnologias e ajustarmos os processos produtivos, portanto, o incentivo virá de encontro às nossas necessidades. Há outro aspecto em destaque, que é o tratamento dado a segurança veicular: uma discussão

inédita que nos coloca no mesmo patamar dos países desenvolvidos e elimina a possibilidade de trabalhar com atraso tecnológico”, aponta.

FRUTOS DO INOVAR-AUTO

O processo de inclusão de componentes no portfólio, com novos desenvolvimentos e ampliação da carteira de clientes que agora considera o Rota 2030 como impulsionador é quase que um *déjà vu*. O mesmo foi visto há anos atrás, com a entrada em vigor do Inovar-Auto, que também exigiu certo grau de eficiência energética em troca de incentivos fiscais.

Hoje sabe-se que muito do que foi lançado nos últimos cinco anos em termos de veículos e suas motorizações, além de outros atributos, se deve à política industrial que vigorou de 2013 até o fim do ano passado. Neste período, a Faurecia investiu quase R\$ 100 milhões em novas fábricas para suas três divisões a fim de garantir novos negócios no Brasil.

Foi daí que surgiu a unidade de Pernambuco, mais precisamente em Goiana, para atender a FCA, que produz modelos Fiat e Jeep no local. Por lá, a fábrica da divisão de interiores começou como uma joint venture 50/50 com a Magneti Marelli. Segundo Kassisse, até 2020, a unidade será 100% da Faurecia.

As fábricas de Piracicaba e Sorocaba também fazem parte dos investimentos que vieram com o Inovar-Auto.

Também é resultado deste processo a primeira fábrica da Clear Mobility em Limeira, inaugurada em 2012 e que recebeu investimento de R\$ 60 milhões. Naquela época, nascia junto o primeiro projeto para atender o mercado de veículos comerciais, em parceria com a Cummins, com a produção de sistemas de exaustão em Porto Real (RJ).

Hoje, terminados os cinco anos de acordo com a Cummins, o negócio pertence à Faurecia, que atende Ford, Volvo, Volkswagen Caminhões (MAN), além de Agrale. O negócio começou representando 3% do faturamento e hoje responde por 13% das receitas. Para o segmento pesado, ele revela que a empresa também possui tecnologias para atender os índices exigentes do Euro 6 e que aguarda a decisão sobre a adoção dos novos limites para o Brasil, que podem vir antes de 2023.

“Estamos colhendo os frutos do Inovar-Auto”, recorda Kassisse. Para ele, os investimentos na hora certa, a diversificação de portfólio, a atuação em vários produtos e de diversos segmentos, além do desenvolvimento local, foram fundamentais para que a empresa enfrentasse o período da crise que veio na sequência.

O executivo recorda que 2015 foi o ano mais complicado, quando fechou no vermelho. Na época, chegou a demitir 400 pessoas no País. No entanto, conseguiu reverter a situação já em 2016, com geração de caixa e voltando ao azul, embora só tenha voltado a contratar este ano: 40 pessoas na última semana para a fábrica de Limeira. Para este ano, a expectativa é crescer acima do mercado de veículos, com índice de 24%.

Segundo o executivo, a Faurecia é hoje o oitavo maior sistemista do mundo em termos de faturamento. No ano passado, a empresa apurou ganhos de € 18 bilhões. A América do Sul representou 7% desse valor, sendo o Brasil responsável por 80% do faturamento da região.

BMW convoca 12,7 mil unidades da Série 3 por risco de incêndio

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)

O risco de incêndio levou a **BMW** a fazer um grande recall envolvendo 12.703 veículos da **Série 3** fabricados entre janeiro de 2005 e julho de 2011. A empresa descobriu a possibilidade de curto-circuito na fiação elétrica do regulador do equipamento de ar-condicionado.

Esses cabos elétricos podem se deteriorar com o tempo e sofrer superaquecimento. Nessa situação não está descartada a possibilidade de fogo e danos físicos e materiais aos ocupantes do veículo e a terceiros, mas a fabricante informa que até o momento não houve relato de acidentes envolvendo problemas desse tipo.

Os atendimentos poderão ser agendados a partir do dia 24 de setembro. O tempo estimado para a substituição do componente é de duas horas. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 0800 019 7097 ou no site www.bmw.com.br/recall.

Veja abaixo a relação dos modelos convocados:

MODELO	DE	ATÉ
318d Sedã	A736828	
318i Sedã	A417287	F104130
320d Sedã	E561406	VG60031
320d Touring	A664610	K045885
320i Cupê	E395160	
320i Sedã	A043776	VG78014
320i Touring	KS92147	
323i Sedã	KU85182	
325i Cabriolet	PZ76600	
325i Cupê	E443934	PU82009
325i Sedã	A055604	VE40471
325i Touring	A027504	KK65477
330i Sedã	A062613	VF34262
335i Cabriolet	E240893	PX40802
335i Sedã	A220747	VC30947
M3 Cabriolet	P323477	PG81825
M3 Cupê	E568785	PY33347
M3 Sedã	E039346	E196580

Zen recebe prêmio por aumento de eficiência

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)

Manufatura da empresa é reconhecida pelo Kaizen Institute como melhor iniciativa de melhoria contínua

Muitos dos bons resultados da catarinense **Zen**, que nos últimos cinco anos elevou em 50% seu faturamento, estão diretamente relacionados ao expressivo aumento da eficiência de seus processos de produção na fábrica de Brusque (SC) ao longo desta década.

Alguns índices comprovam essa trajetória: desde 2012, quando foram adotados sistemas de melhoria contínua baseados na filosofia japonesa kaizen, o custo da não-qualidade teve redução de 73%, a receita por empregado aumentou 60%, os

incrementos de produtividade superam os 50% e o número de acidentes no trabalho caiu de 47 durante 2011 para zero nos últimos 450 dias.



O comprometimento com qualidade e produtividade se reflete na satisfação dos clientes, que beira os 95% contra menos de 75% há sete anos, e garantiu maior competitividade, especialmente no exterior, sustentando as exportações para mais de 60 países que hoje representam quase 60% das vendas.

Esse desempenho foi reconhecido pelo Kaizen Institute, organização que atua em mais de 35 países na promoção de conceitos para eliminação de desperdícios nas companhias, que escolheu o Sistema de Manufatura Zen (SMZ) como o melhor caso do ano na categoria Excelência no Sistema de Melhoria Contínua do Prêmio Kaizen Lean, concedido oficialmente à empresa na terça-feira, 11.

Foi uma dupla premiação: o presidente da Zen, Gilberto Heinzelmann, que coordenou a implantação do sistema na unidade de produção desde sua chegada em 2012, na mesma noite recebeu o título de Embaixador Kaizen no Brasil.

Heinzelmann não pôde receber a premiação porque esta semana estava em mais uma missão comercial no exterior, desta vez em Frankfurt, na Alemanha, onde a Zen apresenta seus produtos e mantém reuniões com clientes na Automechanika (leia mais aqui). Na feira o executivo contou à Automotive Business como o fabricante nacional de impulsores (pinos) de motores de partida e polias atingiu os melhores índices internacionais de produtividade.

"Ganhamos esse importante reconhecimento sendo comparados com gigantes internacionais. O que fez diferença no nosso caso foi todo um processo de mudança de comportamento das pessoas na Zen, foi uma evolução cultural, todos assumiram a disciplina de tornar os processos mais eficientes de forma contínua, para sempre, com firmeza de propósito em fazer tudo certo de uma primeira vez. Essa ação é algo que não termina nunca e os resultados levam tempo para acontecer, mas quando acontecem refletem diretamente no caixa e na sustentabilidade da empresa", disse Heinzelmann.

A divisão equilibrada do faturamento da Zen também espelha sua eficiência: 60% das vendas são para o mercado de reposição (aftermarket) e os outros 40% para fabricantes de equipamento original (OEM), diretamente para montadoras ou empresas que fornecem para elas – no caso dos impulsores de partida os principais clientes são os fabricantes de motores de arranque como Bosch, Valeo e BorgWarner.

O equilíbrio de atuação entre mercados interno e externo sempre esteve presente nesta década: as exportações têm alta participação na produção, entre o mínimo de 30% aos atuais 60%, mesmo em momentos de câmbio desfavorável, o que só é possível com bons índices de produtividade. "Ter qualidade superior é estratégico nesse mercado", enfatiza Hienzelmann.

Para atingir esse padrão a Zen vem investindo fortemente em novos equipamentos e

processos industriais, além de desenvolver ferramentaria e produtos dentro de casa. Exemplo recente do desenvolvimento próprio é a polia de roda-livre (OAD) lançada pela empresa em 2014 com tecnologia inovadora, mais barata que do único concorrente global, que naquele mesmo ano foi um dos produtos finalistas na categoria peças e componentes do prêmio de inovação concedido a cada dois anos pela Automechanika Frankfurt.

BMW mostra moto autônoma em campo de provas

14/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-09-2018)



A BMW equipou com tecnologias de condução **autônoma** uma R 1200 GS. O protótipo da **moto** foi apresentado dias atrás durante evento em um campo de provas do Grupo BMW em Miramas, no sul da França.

A motocicleta se movimenta de forma independente, faz curvas, acelera e desacelera até parar apoiada no descanso lateral. A BMW ressalta que a intenção não é promover o lançamento de um veículo completamente autônomo, mas sim uma plataforma para o desenvolvimento de futuros sistemas que tornem a pilotagem mais segura.

A R 1200 GS autônoma servirá para reunir dados relacionados à dinâmica de pilotagem, detectar situações de risco e ajudar o motociclista com sistemas de segurança no momento de cruzar um semáforo ou frear repentinamente, por exemplo.